



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

CONCORRÊNCIA Nº 90004/2026 – UASG 020001

EDITAL

(Processo nº 00200.009147/2025-75)

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado SENADO, por meio do Agente de Contratação, designado pela Portaria da Diretoria-Geral nº 1.715, de 2026, torna pública, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Política de Contratações do Senado Federal, estabelecida no Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal, do Ato da Diretoria-Geral nº 14, de 9 de junho de 2022, do Ato da Diretoria-Geral nº 15, de 9 de junho de 2022, e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 2, de 7 de fevereiro de 2023, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 00200.009147/2025-75, a abertura de licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, pelo critério de julgamento **TÉCNICA E PREÇO** e critério de adjudicação **GLOBAL**, por meio do regime de **Empreitada por Preço Unitário**, destinada à contratação de empresa especializada de arquitetura e engenharia para a elaboração, sob demanda, de levantamentos, estudos preliminares e projetos executivos de readequações físicas e reformas nas edificações do Complexo Arquitetônico do Senado Federal – CASF, durante 30 (trinta) meses consecutivos.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Concorrência, por meio de Sistema Eletrônico Compras.gov.br.

DATA: 21/07/2026

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 09:30

SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

CAPÍTULO I- DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa especializada de arquitetura e engenharia para a elaboração, sob demanda, de levantamentos, estudos preliminares e projetos executivos de readequações físicas e reformas nas edificações do Complexo Arquitetônico do Senado Federal - CASF, durante 30 (trinta) meses consecutivos**, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.



SENADO FEDERAL

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar desta Concorrência os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar desta Concorrência deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2. O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao SENADO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2. Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3. Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

2.3.1. tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.2. estejam impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.3. tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Senado Federal, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

2.3.4. estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.3.5. encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação;

2.3.6. constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.3.7. em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92.



SENADO FEDERAL

2.4. A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Agente de Contratação realizará consulta nas seguintes bases de dados:

2.4.1. SICAF e Relação de Servidores disponível no Portal da Transparência do Senado Federal, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.4.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

2.4.3. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>;

2.4.4. Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

2.5. Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Agente de Contratação relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

2.6. As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

2.7. É vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição.

CAPÍTULO III – DA VISTORIA

3.1. É facultado à licitante interessada em participar desta Concorrência, mediante prévio agendamento junto à Secretaria de Infraestrutura - SINFRA do Senado Federal pelo endereço eletrônico sinfra@senado.gov.br, realizar vistoria técnica para conhecer as instalações.

3.1.1. As vistorias somente poderão ser agendadas para os dias quando houver expediente regular no Senado Federal, ou seja, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, para o período entre 10h e 16h, sendo que o último horário será o das 14h do dia útil anterior à abertura do certame.

3.1.2. A solicitação de agendamento de vistorias no Complexo Arquitetônico do Senado Federal será permitida até as 12h do penúltimo dia útil anterior à abertura do certame, verificado pelo horário de recebimento da solicitação de agendamento de vistoria pelo sistema de correio eletrônico do Senado Federal.

3.1.3. Não será realizada vistoria sem prévio agendamento ou fora do prazo estabelecido.

3.1.4. A vistoria poderá ser realizada por responsável técnico ou representante da pessoa jurídica interessada em participar da licitação, que deverá comparecer municiado de identificação pessoal e do comprovante de vínculo com a empresa.



SENADO FEDERAL

3.1.4.1. A comprovação do vínculo poderá ser feita por meio de contrato de trabalho, contrato provisório de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social da empresa (no caso de sócio ou gerente).

3.1.4.2. Caso o vistoriador não atenda aos requisitos do item 3.1.4, não será executada a vistoria.

3.2. Realizada a vistoria, a licitante receberá o Termo de Vistoria, emitido pela Secretaria de Infraestrutura - SINFRA do Senado Federal.

3.3. Caso a interessada opte por não realizar vistoria prévia, firmará Declaração de Dispensa de Vistoria, assinada pelo responsável técnico da licitante, na qual atestará o conhecimento pleno do local e das condições e peculiaridades da contratação, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos de sua proposta e do presente edital.

3.4. O Termo de Vistoria ou a Declaração de Dispensa de Vistoria deverá ser apresentado(a) junto com a documentação de habilitação. A não apresentação dos mencionados documentos implica aceitação geral e irrestrita por parte da licitante das especificações e condições do objeto licitado e de sua plena execução.

CAPÍTULO IV- DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e de julgamento.

4.2. A licitante deverá cadastrar as propostas de técnica e as propostas de preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.3. A proposta técnica, que deverá ser obrigatoriamente anexada no campo do sistema designado para esta finalidade, no ato de cadastramento da proposta, deverá observar o modelo constante do Anexo 12 do edital, contendo necessariamente os seguintes componentes:

4.3.1. Descrição detalhada dos serviços a serem prestados, observadas as especificações dos Anexos 2 e 3 do edital, de preferência na mesma ordem ali consignada.

4.3.2. Equipe Técnica Principal e Equipe Técnica Complementar nos termos da Cláusula Segunda do Contrato e do subitem 11.3.1.2.

4.3.3. Atestados de Capacidade Técnico-operacional nos termos do subitem 11.3.1.1.

4.3.4. Atestados de Capacidade Técnico-profissional, acompanhadas das respectivas Certidões de Acervo Técnico, nos termos do subitem 11.3.1.2.

4.4. O não envio da proposta técnica, nos termos do item 4.3, ou o envio de proposta técnica incompleta, no que se refere aos componentes obrigatórios de que tratam os subitens de 4.3.1 a 4.3.4, implicará na desclassificação da proposta.

4.5. No que se refere à proposta de preços, a licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, **o preço total para execução do objeto a ser contratado (em único item)**,



SENADO FEDERAL

observados o quantitativo e a unidade de prestação de serviço especificados no Anexo 3 (Planilha Orçamentária com Valores Máximos Unitários) e seus subanexos.

4.5.1. Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

4.6. Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

4.7. O campo 'Descrição Detalhada do Objeto Ofertado' será destinado às informações complementares da proposta, observando-se os seguintes prazos e condições:

4.7.1. Os prazos máximos para a execução de cada etapa estão definidos na tabela abaixo e serão contados a partir da data de confirmação do recebimento da Ordem de Serviço pela Contratada:

Etapa	Descrição Sintética da Etapa	Prazo Máximo
1	Elaboração e fornecimento de Levantamentos como construído (As Built)	6 (seis) dias corridos
2	Elaboração e fornecimento de Estudos Preliminares	14 (catorze) dias corridos
3	Elaboração e fornecimento de Projetos Executivos	10 (dez) dias corridos

4.7.2. Prazo de garantia dos serviços será de 5 (cinco) anos, contados do recebimento definitivo de cada Ordem de Serviço, aplicando-se de forma individualizada a cada produto entregue.

4.8. A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

4.9. Não serão classificadas as propostas em desconformidade com este edital.

4.10. A licitante deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as declarações:

4.10.1. de condições de participação:

4.10.1.1. sobre ciência do edital;

4.10.1.2. sobre inclusão de custos para atender obrigações trabalhistas.

4.10.2. para fins de habilitação:

4.10.2.1. sobre atendimento aos requisitos de habilitação;

4.10.2.2. sobre inexistência de impedimento à habilitação;



SENADO FEDERAL

4.10.2.3. sobre cumprimento das reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas;

4.10.2.4. sobre conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

4.10.2.5. sobre ausência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

4.10.3. de cumprimento da legislação trabalhista:

4.10.3.1. sobre inexistência de tratamento desumano ou degradante;

4.10.3.2. sobre cumprimento às exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

4.11. A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema.

4.12. Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

4.13. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

4.14. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

4.14.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

4.15. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

CAPÍTULO V– DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO

5.1. A abertura da sessão pública desta Concorrência, conduzida pelo Agente de Contratação, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.1.1. Esta concorrência será conduzida sob o modo de disputa fechado, conforme estabelecido no art. 56 da Lei 14.133/2021 e no art. 20 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 2/2023.

5.2. Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do item 13.1.



SENADO FEDERAL

5.2.1. Eventual postergação do prazo a que se refere o item 5.2 deve ser comunicada tempestivamente pelo Agente de Contratação, via sistema.

5.3. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

5.3.1. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo *e-mail* licita@senado.leg.br, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Agente de Contratação registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

5.4. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

5.5. No caso de a desconexão do Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão da Concorrência será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.6. O Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

5.7. O Agente de Contratação verificará as condições de participação no certame de todos os licitantes, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no Capítulo II do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

5.7.1. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

5.7.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha declarado sua participação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, com o intuito de se valer dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, o Agente de Contratação verificará a pertinência da declaração, em conformidade com os itens 8.2 e 8.4 deste edital.

5.9. Verificadas as condições de participação e a pertinência das eventuais declarações de participação na condição de ME/EPP, terá início a fase de julgamento.

5.10. O critério de julgamento adotado será o de técnica e preço, nos termos do art. 33, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, considerando-se:

5.10.1. Peso da proposta técnica: 70%.

5.10.2. Peso da proposta de preços: 30%.

5.11. Iniciada a fase de julgamento, o Agente de Contratação realizará, em conjunto com a banca designada, a ponderação e a valoração das propostas.



SENADO FEDERAL

5.12. A ponderação e a valoração das propostas serão iniciadas pelas propostas de técnica, observadas as regras e as condições previstas no Capítulo VI deste edital.

5.13. Concluída a ponderação e a valoração das propostas de técnica, o Agente de Contratação realizará a ponderação e a valoração das propostas de preço, observadas as regras e as condições previstas no Capítulo VII deste edital.

5.14. A pontuação final da licitante será calculada pela soma das pontuações obtidas nas propostas de técnica e de preço, conforme fórmula abaixo:

$$PFL = (PTFL) + (PPL)$$

onde:

P_{FL}: Pontuação final de classificação da licitante

P_{TFL}: Pontuação Técnica Final da licitante

P_{PL}: Pontuação de Preço da licitante

5.15. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 5.2 e 5.2.1, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a Pontuação final (PFL) obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante.

5.16. Havendo empate nominal entre as Pontuações finais, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do Capítulo VIII deste edital, e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

5.16.1. Considerar-se-á circunstancialmente inviável a aplicação do critério de desempate previsto no inciso II do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, em razão da ausência de parametrização do Sistema de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br) para tanto.

5.16.2. Persistindo o empate nominal após a aplicação da disputa final de que trata o inciso I do art. 60 e diante do exposto no item 5.16.1, deverá ser observado o critério previsto no inciso III do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, conforme os procedimentos e os critérios estabelecidos no Ato da Diretoria-Geral nº 36/2023.

5.16.3. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio público a ser realizado por meio virtual, consoante instruções previamente comunicadas pelo Pregoeiro.

5.17. Definida a ordem de classificação, o Agente de Contratação realizará a negociação prevista no Capítulo IX deste edital e, na sequência, em conjunto com a banca designada, iniciará a verificação da conformidade das propostas, na ordem de classificação, nos termos do Capítulo X deste edital.

CAPÍTULO VI – DA PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

6.1. A ponderação e a valoração das propostas de técnica serão realizadas pela banca designada para essa finalidade.

6.1.1. Deverá ser designada banca formada por servidores da Secretaria de Infraestrutura (SINFRA) para análise da proposta técnica das licitantes em atendimento ao § 1º do Art. 37 da Lei nº 14.133/2021.



SENADO FEDERAL

6.2. No julgamento das propostas técnicas, será atribuída uma pontuação baseada na proposta de técnica de cada licitante, nos seguintes termos:

6.2.1. PONTOS por Profissional em Equipe Técnica Complementar (PPETC): Será atribuída pontuação a Profissional em Equipe Técnica Complementar devidamente apresentado pela contratada. Ou seja, profissionais além daqueles indicados para a Equipe Técnica Principal, conforme Parágrafo Sétimo da Cláusula Segunda, nos seguintes termos:

6.2.1.1. 10 pontos: Por profissional adicional com formação de Arquitetura e Urbanismo, até o limite de 4 (quatro) profissionais;

6.2.1.2. 10 pontos: Por profissional adicional com formação em Engenharia Civil, até o limite de 2 (dois) profissionais;

6.2.1.3. 15 pontos: Por profissional adicional com formação em Engenharia Elétrica, até o limite de 2 (dois) profissionais;

6.2.1.4. 15 pontos: Por profissional adicional com formação em Engenharia Mecânica, até o limite de 2 (dois) profissionais;

6.2.1.5. Não será atribuída nota adicional para número de profissionais que excederem, os quantitativos indicados acima.

6.2.1.6. Será desclassificada a proposta com Equipe Técnica Principal inferior à indicada no Parágrafo Sétimo da Cláusula Segunda;

6.2.2. PONTOS por Capacidade Técnico-Operacional (PCTO): Será atribuída pontuação por atestado de capacidade técnico-operacional apresentado pela licitante, com características definidas no subitem 11.3.1.1 nos seguintes termos:

6.2.2.1. 10 pontos: Área de projeto de reforma ou obra nova entre 100 e 500 m². Limitado a 10 (dez) atestados para essa faixa;

6.2.2.2. 20 pontos: Área de projeto de reforma ou obra nova entre 500 e 10.000 m². Limitado a 4 (quatro) atestados para essa faixa;

6.2.2.3. 30 pontos: Área de projeto de reforma ou obra nova igual ou superior a 10.000 m². Limitados a 3 (três) atestados para essa faixa;

6.2.2.4. Não serão consideradas casas decimais para efeito de atribuição de pontos neste critério.

6.2.2.5. Será desclassificada a proposta que não apresente, no mínimo, um atestado de capacidade técnico-operacional com características definidas no subitem 11.3.1.1.

6.2.3. PONTOS por Capacidade Técnico-Profissional (PCTP): Será atribuída pontuação por atestado de capacidade técnico-profissional apresentado pela licitante, acompanhado das respectivas CATs, com características definidas no subitem 11.3.1.2, nos termos abaixo, para cada profissional da Equipe Técnica indicada no âmbito do Parágrafo Sétimo da Cláusula Segunda do Contrato:

6.2.3.1. 10 pontos: Área de projeto de reforma ou obra nova entre 100 e 500 m². Limitado a 5 (cinco) atestados por profissional para essa faixa;



SENADO FEDERAL

6.2.3.2. 20 pontos: Área de projeto de reforma ou obra nova entre 500 e 10.000 m². Limitado a um atestado por profissional para essa faixa;

6.2.3.3. 30 pontos: Área de projeto de reforma ou obra nova entre igual ou superior a 10.000 m². Limitado a um atestado por profissional para essa faixa;

6.2.3.4. Não serão consideradas casas decimais para efeito de atribuição de pontos neste critério.

6.2.3.5. Será desclassificada a proposta que não apresente, no mínimo, um atestado de capacidade técnico-profissional com características definidas no subitem 1.3.1.2.

6.2.3.6. Em cada uma das faixas estabelecidas acima, serão atribuídos 10 pontos extras por profissional caso o atestado seja referente a bem cultural tombado em nível municipal, estadual, distrital ou federal.

6.3. A Pontuação Técnica da Licitante (PTL) será obtida pela seguinte fórmula:

$$PTL = PPETC + PCTO + PCTP$$

onde:

PTL: Pontuação Técnica da Licitante

PPETC: PONTOS por Profissional em Equipe Técnica Complementar

PCTO: PONTOS por Capacidade Técnico-operacional

PCTP: PONTOS por Capacidade Técnico-Profissional

6.4. A Pontuação Técnica Final da Licitante (PTFL) será obtida pela seguinte fórmula:

$$PTFL = 70 \times (PTL / \text{Maior PTL entre as licitantes})$$

onde:

PTFL: Pontuação Técnica Final da Licitante

PTL: Pontuação Técnica da Licitante

CAPÍTULO VII – DA PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

7.1. Será atribuída uma pontuação baseada na proposta de preço cadastrada no sistema por cada licitante, conforme fórmula abaixo:

$$PPL = 30 \times \left(\frac{\text{Menor valor Global entre as propostas}}{\text{Valor Global da Proposta da Licitante}} \right)$$



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO VIII– DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1. Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 45 da Lei nº Complementar nº 123/2006.

8.2. Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

8.3. Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte nos termos do subitem anterior, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.3.1. Encerrada a ponderação e a valoração das propostas, caso a maior pontuação final não tenha sido obtida por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com pontuação final até 10% (dez por cento) inferior àquela obtida pela licitante com a maior pontuação final, proceder-se-á da seguinte forma:

8.3.1.1. a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova proposta de preços que possa resultar em pontuação final superior ao da licitante mais bem classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação pelo Agente de Contratação, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas as exigências de aceitabilidade da proposta e habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

8.3.1.2. caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes declaradas como microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem com pontuação final até 10% (dez por cento) inferior àquela obtida pela licitante com a maior pontuação final, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.4. A fim de verificar a pertinência de declaração de enquadramento da licitante mais bem classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, o Agente de Contratação realizará consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, para verificar se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante ME/EPP, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data de abertura do certame, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

8.4.1. Constatado, a partir da verificação de que trata o subitem anterior, que o volume de ordens bancárias recebidas pela licitante supera o limite previsto no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, o Agente de Contratação relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.



SENADO FEDERAL

8.4.2. Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo Agente de Contratação ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ou, ainda, tenha celebrado, no ano-calendário de realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, em atenção ao disposto no §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO IX – DA NEGOCIAÇÃO

9.1. Definida a ordem de classificação após os procedimentos estabelecidos pelo Capítulo V, deste edital, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

9.1.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

CAPÍTULO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. O Agente de Contratação solicitará à licitante mais bem classificada, conforme ordem de classificação definida nos termos dos procedimentos de que trata o Capítulo V, o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo 8 do edital e devidamente adequada ao valor negociado ou registrado no sistema, por meio de campo próprio do sistema.

10.1.1. A proposta de preços deverá ser acompanhada dos seguintes anexos:

10.1.1.1. Planilha orçamentária, conforme modelos constantes do Anexo 3 do edital, contendo a descrição dos itens, valor unitário, quantidade e valor total, bem como eventuais informações complementares como o índice de BDI (Bonificação de Despesas Individuais);

10.1.1.2. Planilha de composição analítica do BDI, conforme acórdão Plenário 2369/2011, TC 025.990/2008-2 (TCU) e Ato do Primeiro Secretário nº 2 de 2016 do Senado Federal (fórmula abaixo).

$$BDI = \left[\frac{(1 + (AC + S + R + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$$

Onde:

AC é a taxa de rateio da Administração Central;

S é uma taxa representativa de seguros;

R corresponde aos riscos e imprevistos;



SENADO FEDERAL

G é a taxa que representa o ônus das garantias exigidas em Edital;

DF é a taxa representativa das despesas financeiras;

L corresponde à remuneração bruta do construtor;

I é a taxa representativa dos tributos incidentes sobre o preço de venda (PIS, Cofins, CPRB e ISS).

a) A licitante deverá apresentar a composição para todos os índices de BDI adotados, incluindo o BDI reduzido para mero fornecimento.

b) Conforme disposto no Decreto nº 7.983/2013 e acórdão Plenário 2369/2011, TC 025.990/2008-2 (TCU), os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica devem apresentar taxa de BDI reduzida.

10.1.1.3. Não se admitirá que o preço individual de cada subitem da proposta seja superior ao preço individual de cada subitem da planilha orçamentária indicada no Anexo 3 do Edital;

10.1.1.4. Itens com valor muito discrepante em relação ao valor pesquisado pelo Senado Federal ou índices de BDI adotados acima do utilizado pelo Senado Federal deverão ser justificados.

10.1.1.5. A Contratada não poderá alegar falta ou omissão de itens e subitens nas referidas planilhas, e, às suas expensas, deverá executar todos os serviços e fornecer todos os materiais que se mostrarem necessários ao pleno atendimento do objeto contratado, sem que isso implique em custo adicional ao Senado Federal.

10.1.1.6. Em nenhuma hipótese será admitido que as empresas utilizem a referência “verba” (vb) para caracterizar quantitativos e valores de itens e subitens das planilhas orçamentárias.

10.1.1.7. Qualquer questionamento em relação às citadas planilhas, para inclusão ou supressão de itens ou alteração de quantitativos, só poderá ser feito no período que antecede à abertura das propostas, sendo alvo de solicitação de esclarecimento ou impugnação do Edital.

10.1.2. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licita@senado.leg.br, devendo o Agente de Contratação, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

10.1.3. O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Agente de Contratação a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.1.4. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Agente de Contratação.



SENADO FEDERAL

10.1.5. Em relação aos bens a serem fornecidos, o Agente de Contratação poderá solicitar a apresentação de folders, prospectos e outros documentos que contenham informações e detalhamentos acerca das especificações técnicas dos produtos e/ou equipamentos ofertados.

10.1.6. Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Agente de Contratação, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.1.7. A proposta será desclassificada quando:

10.1.7.1. contiver vícios insanáveis;

10.1.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

10.1.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;

10.1.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e

10.1.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.1.8. O SENADO poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir da licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto no item 10.1.7.4 acima.

10.1.9. Caso o valor da proposta de preços seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, em observância ao §4º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, a oferta será considerada relativamente inexequível.

10.1.9.1. A avaliação da incidência do §4º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021 pelo Agente de Contratação demanda análise ampla de todos os itens que a compõem a planilha e não apenas de itens isolados.

10.1.9.2. Configurada a inexequibilidade relativa da proposta, nos termos do §2º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, o Agente de Contratação deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta.

10.1.9.3. O disposto no item 10.1.9 não afasta a possibilidade de o Agente de Contratação, diante de valores unitários discrepantes isoladamente, solicitar à licitante, em caráter de diligência, a demonstração circunstanciada da viabilidade de tais ofertas.

10.1.10. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta definitiva for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, com valor equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e com as disposições editalícias.

10.2. O Agente de Contratação examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital, bem como a compatibilidade dos preços unitários ofertados, que não poderão ser superiores aos valores estimados de cada um dos itens constantes do Anexo 3 do edital.



SENADO FEDERAL

10.2.1. Caso haja erros ou omissões sanáveis no conteúdo da proposta, da planilha orçamentária e/ou da planilha de composição analítica do BDI, será oportunizado à licitante realizar os devidos ajustes e complementações desde que não haja a majoração do preço total ofertado durante a fase de lances.

10.2.1.1. Respeitado o preço global ofertado durante a fase de lances e observado os valores unitários máximos fixados em edital, admitir-se-á a redistribuição dos valores totais unitários.

10.2.1.2. Para a realização dos ajustes na proposta e na planilha, será concedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da comunicação formal do Agente de Contratação via “chat”, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Agente de Contratação a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.2.1.3. Diante da ocorrência de novos erros resultantes das correções e complementações realizadas nos termos do item 10.2.1, poderá o Agente de Contratação oportunizar a realização de novos ajustes, desde que mantido o valor total ofertado durante a fase de lances.

10.2.2. O Agente de Contratação poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

10.2.3. Havendo falhas na proposta, o Agente de Contratação deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO XI – DA HABILITAÇÃO

11.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

11.1.1. Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

11.2. Para fins de habilitação jurídica, o Agente de Contratação verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

11.3. Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF.



SENADO FEDERAL

11.3.1. CAPACIDADE TÉCNICA:

11.3.1.1. Capacidade Técnico-Operacional:

a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo CREA ou CAU, em nome da licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), da região a que estiverem vinculados.

a.1) No caso de a empresa licitante e/ou os responsáveis técnicos não serem registrados ou inscritos no CREA ou CAU do Distrito Federal, somente serão exigidos os respectivos vistos no CREA/DF ou CAU/DF na ocasião da assinatura do contrato.

b) Atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa (pessoa jurídica) elaborou, de forma satisfatória, projetos de reformas de áreas habitacionais, de escritórios, comerciais ou institucionais de, no mínimo, 10.000 m².

b.1) Será permitido o somatório de atestados, desde que a área de cada atestado não seja inferior a 100 m².

b.2) O(s) atestado(s) de Capacidade Técnica Operacional deverão indicar a elaboração de projetos de reformas nas principais áreas técnicas a serem contratadas, quais sejam:

b.2.1) Arquitetura e Obras Cíveis;

b.2.2) Elétrica e telecomunicações;

b.2.3) Ar-Condicionado e Exaustão; e

b.2.4) Hidrossanitário.

b.3) Os atestados poderão indicar projetos distintos, ou seja, um atestado pode indicar a elaboração de projetos de reforma de Arquitetura com Hidrossanitário, outro, para local diferente, pode indicar a elaboração de projetos de reforma de Ar-Condicionado e Elétrica.

b.3.1) Não é necessário que os atestados indiquem projetos que incidam sobre uma mesma área, simultaneamente nas 4 áreas técnicas indicadas acima. No entanto, a soma geral, individualizada por área técnica, deve indicar a elaboração de projeto de reformas em ao menos 10.000 m² em cada uma das áreas técnicas.

11.3.1.2. Capacidade Técnico-Profissional:

a) Declaração indicando o nome, CPF e número do registro no CREA ou CAU do(s) responsável(eis) técnico(s) que acompanhará(ão) a execução dos serviços de que trata o objeto deste edital, devendo referir-se a profissionais de nível superior com formação



SENADO FEDERAL

em Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica, e que tenham vínculo com a empresa licitante.

a.1) Deverão ser apresentadas as Certidões de Registro do(s) Responsável(is) Técnico(s) junto ao CREA ou CAU da região a que estiver(em) vinculado(s);

a.2) Serão aceitos profissionais com habilitação equivalente, conforme normativa específica do Conselho de Classe.

a.3) A contratada poderá apresentar um único profissional que possua as duas habilitações e atestados.

b) A comprovação do vínculo se fará com a apresentação de cópia dos seguintes documentos: contrato social da licitante em que conste o(a) profissional como sócio(a); carteira de trabalho (CTPS), ficha de registro de empregado ou contrato de prestação de serviço, em que conste a licitante como contratante; ou, ainda, declaração de contratação futura do(a) responsável técnico(a), desde que acompanhada de declaração de anuência do(a) profissional.

c) Atestado(s) de Capacidade Técnico - Profissional, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), comprovando que o(s) profissional(is) indicado(s) para formação da equipe técnica, atuou(aram) como responsável(is) técnico(s) na execução de serviço(s) com características, vulto e complexidade compatíveis com as do objeto da contratação, a saber:

c.1) Comprovar que elaborou, de forma satisfatória, projetos de reformas de áreas habitacionais, de escritórios, comerciais ou institucionais de, no mínimo, 10.000 m².

c.2) Será permitido o somatório de atestados, desde que a área de cada atestado não seja inferior a 100 m².

11.3.1.3. Termo de Vistoria ou Declaração de Dispensa de Vistoria, observado o disposto nos subitens 3.2, 3.3 e 3.4 deste edital.

11.3.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.3.2.1. Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraído do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprove:

a) que a licitante possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor anualizado de sua proposta; ou alternativamente;

b) que a licitante possui todos os seguintes índices contábeis maiores que 1 (um):

b.1) Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);



SENADO FEDERAL

b.2) Solvência Geral (SG)= (Ativo Total) / (Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

b.3) Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

11.3.2.2. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

11.3.3. OUTROS DOCUMENTOS:

11.3.3.1. A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação, as declarações indicadas no subitem 4.10.2 deste edital.

11.4. Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Agente de Contratação, até a conclusão da fase de habilitação.

11.4.1. O prazo para envio dos documentos de que trata o item 11.4 é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Agente de Contratação a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.4.2. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Agente de Contratação.

11.4.3. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Agente de Contratação, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.5. A licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ela encaminhados.

11.5.1. Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Agente de Contratação, a qualquer momento, poderá solicitar à licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

11.5.1.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Secretaria da Coordenação de Processamento Externo de Licitações do Senado Federal, situada na Via N2, Bloco 16, CEP 70.165-900, Brasília-DF, no prazo estipulado pelo Agente de Contratação.

11.6. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 11.4, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

11.6.1. a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame inclusive quanto à veracidade das declarações relacionadas no Capítulo III, quando presentes fundados indícios que apontem divergências quanto ao teor das informações prestadas;

11.6.1.1. em relação ao disposto no inciso IV do art. 63 da Lei nº 14.133/2021, diante de fundados indícios de descumprimento das exigências de reserva de cargos, o Pregoeiro, de forma motivada, poderá conceder prazo à licitante para a apresentação de informações



SENADO FEDERAL

e de documentação apta a demonstrar a veracidade da declaração, incluindo evidências e justificativas dos esforços empreendidos pela licitante a fim de preencher o percentual legal de vagas.

11.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

11.6.3. suprir a ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pela licitante;

11.6.4. suprir a ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

11.6.5. A apresentação de documentos de que trata o subitem 11.6 será realizada em observância ao disposto no item 11.7 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida à licitante, implicando sua inabilitação.

11.7. Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 11.6, o Agente de Contratação, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação, por meio do campo de “anexos” do sistema.

11.7.1. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o *e-mail* licita@senado.leg.br, devendo o Agente de Contratação, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.7.2. O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Agente de Contratação a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.7.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Agente de Contratação.

11.7.4. Em caso de não envio dos documentos de que tratam os itens 11.6 e 11.7 no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Agente de Contratação, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.8. Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

11.8.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.8.2. Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.



SENADO FEDERAL

11.9. Para fins de verificação das condições de habilitação, o Agente de Contratação poderá, diretamente, realizar consulta em bases de dados e/ou em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo as informações, os dados e/ou os documentos obtidos como meio legal de prova.

11.10. As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.10.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

11.10.2. A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.11. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

11.11.1. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

11.12. Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Agente de Contratação deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

11.12.1. Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

11.12.1.1. identidade dos sócios;

11.12.1.2. atuação no mesmo ramo de atividades;

11.12.1.3. data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;

11.12.1.4. compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos;

11.12.1.5. identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;



SENADO FEDERAL

11.12.1.6. identidade de telefones, *e-mails* e demais informações de contato.

11.12.2. Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Agente de Contratação registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

11.12.3. Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Agente de Contratação, ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

11.12.3.1. inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;

11.12.3.2. relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

CAPÍTULO XII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

12.1. Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.

12.2. Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

CAPÍTULO XIII – DO RECURSO

13.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos do término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

13.1.1. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

13.1.2. Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 13.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

13.1.3. Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 13.1.2.



SENADO FEDERAL

13.2. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada às licitantes interessadas, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

13.2.1. Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

13.3. O Agente de Contratação poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados ao Diretor-Executivo de Contratações do Senado Federal para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XIV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto desta Concorrência será adjudicado pelo Diretor-Executivo de Contratações do Senado Federal, quando houver recurso, e pela Diretora-Geral do Senado Federal nos demais casos.

14.2. A homologação desta Concorrência compete à Diretora-Geral do Senado Federal.

14.3. O objeto desta Concorrência será adjudicado **globalmente** à vencedora do certame.

CAPÍTULO XV – DA ASSINATURA DO CONTRATO

15.1. Depois de homologado o resultado desta Concorrência, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

15.1.1. O prazo de convocação de que trata o item 15.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

15.1.2. Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 15.1.

15.1.3. O SENADO poderá enviar o contrato para assinatura da licitante, que deverá devolvê-lo assinado no prazo previsto no item 15.1.

15.1.4. Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura do contrato no prazo estabelecido no item 15.1, será facultado à Administração, através do Agente de Contratação, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.



SENADO FEDERAL

15.2. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

15.2.1. Nos termos do art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002, a existência de registro positivo no CADIN (Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Federais) em nome da licitante adjudicatária constitui fator impeditivo para a sua contratação, observado o disposto no item 15.2.3.

15.2.2. – Em atenção ao que determina o art. 6º da Lei nº 10.522/2002, anteriormente à celebração do contrato, o Senado Federal realizará consulta ao CADIN para verificar se a licitante adjudicatária possui débitos ativos com a Administração Pública Federal.

15.2.3. – Havendo registro positivo no CADIN, quando da convocação para assinatura do contrato, a empresa vencedora será notificada a promover e a comprovar a regularização da situação de inadimplência no prazo previsto no item 15.1, sob pena de decair seu direito à contratação do objeto.

15.2.4. – O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério do SENADO, desde que haja solicitação da licitante devidamente justificada e apresentada antes do transcurso do prazo informado no item 15.2.3.

15.2.5. – Não havendo a comprovação de regularização da situação junto ao CADIN dentro do prazo, incluindo a eventual prorrogação de que trata o item 15.2.4, decairá para a licitante vencedora o direito à contratação do objeto da licitação, sendo facultado ao SENADO convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar o procedimento licitatório.

CAPÍTULO XVI – DAS PENALIDADES

16.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido no item 15.1 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

16.2. As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista no subitem 15.1.4, e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 16.1.

16.3. Caso a licitante e/ou contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do Ato da Diretoria-Geral nº 15, de 9 de junho de 2022, ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

16.4. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

16.5. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XVII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

17.1. Até às 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório desta Concorrência mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licita@senado.leg.br.

17.2. Compete ao Agente de Contratação, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

17.2.1. A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

17.3. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.4. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Agente de Contratação até às 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico licita@senado.leg.br.

17.4.1. O Agente de Contratação, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

17.5. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas, em campo próprio, na plataforma Compras.gov.br.

CAPÍTULO XVIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem a presente Concorrência por parte da licitante.

18.2. Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo 1 – Informações resumidas da contratação;

Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas;

Anexo 3 – Planilha Orçamentária;

Anexo 4 – Informações Gerais sobre o Complexo Arquitetônico do Senado Federal (CASF);

Anexo 5 – Diretrizes de Modelagem BIM;

Anexo 6 – Modelo de Designação de Preposto;

Anexo 7 – Minuta do Contrato;

Anexo 8 – Modelo de Apresentação de Proposta;

Anexo 9 – Ato do Primeiro-Secretário nº 02 de 2016;



SENADO FEDERAL

Anexo 10 – Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 30 de 2002;

Anexo 11 – Modelo de Termo de Vistoria e de Declaração de Dispensa de Vistoria;

Anexo 12 – Modelo de Proposta Técnica.

18.3. Os atos normativos do Senado Federal referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico <https://www12.senado.leg.br/transparencia/leg/legislacao-relacionada>.

18.4. É facultado ao Agente de Contratação, em qualquer fase da Concorrência, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

18.5. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

18.6. As decisões do Agente de Contratação durante os procedimentos da Concorrência serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

18.7. A aplicação dos normativos expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, prevalecendo os normativos regulamentares do Senado Federal no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação do Agente de Contratação, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.

18.8. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase da presente Concorrência serão resolvidos pelo Agente de Contratação.

CAPÍTULO XIX – DO FORO

19.1. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização da presente Concorrência não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Justiça Federal, na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília, 25 de maio de 2026.

SUZANA MARTINS MENDES
Agente de Contratação



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

CONCORRÊNCIA Nº 90004/2026 – UASG 020001

(Processo nº 00200.009147/2025-75)

ANEXO 1

INFORMAÇÕES RESUMIDAS DA CONTRATAÇÃO

OBJETO	Contratação de empresa especializada de arquitetura e engenharia para a elaboração, sob demanda, de levantamentos, estudos preliminares e projetos executivos de readequações físicas e reformas nas edificações do Complexo Arquitetônico do Senado Federal – CASF, durante 30 (trinta) meses consecutivos.
ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO e CATSER	Conforme Anexo 2 do edital.
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PTRES: 249316 Natureza de despesa: 339039
FISCALIZAÇÃO	Conforme Cláusula Décima da minuta de contrato (Anexo 7 do edital).
JUSTIFICATIVA	Evitar represamento de demandas e assegurar maior eficiência, qualidade técnica e tempestividade no atendimento às necessidades institucionais.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	Técnica e preço.
ADJUDICAÇÃO	Global
REGIME	Empreitada por Preço Unitário



SENADO FEDERAL

PREÇO(S) ESTIMADO(S)	Item	Descrição	Quantidade	Unidade	CATSER	Valor Global (R\$)
	1	Elaboração, sob demanda, de levantamentos, estudos preliminares e projetos executivos de readequações físicas e reformas nas edificações do Complexo Arquitetônico do Senado Federal - CASF.	1	Unid.	78	9.265.935,72
VIGÊNCIA DO CONTRATO	Conforme Cláusula Décima Terceira da minuta de contrato (Anexo 7 do edital).					
FORMA DE PAGAMENTO	Conforme Cláusula Quinta da minuta de contrato (Anexo 7 do edital).					
LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	Complexo Arquitetônico do SENADO, em Brasília, Distrito Federal.					

SUZANA MARTINS MENDES
Agente de Contratação



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

CONCORRÊNCIA Nº 90004/2026 – UASG 020001

(Processo nº 00200.009147/2025-75)

ANEXO 2

CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Escopo da contratação

1.1. Resumo da contratação:

- 1.1.1. Contratação de empresa especializada de arquitetura e engenharia para a elaboração, sob demanda, de levantamentos, estudos preliminares e projetos executivos de readequações físicas e reformas nas edificações do Complexo Arquitetônico do Senado Federal - CASF.

1.2. Faz parte do escopo da contratação:

- 1.2.1. Elaboração e fornecimento de levantamento como construído (“As Built”), conforme definido em Ordens de Serviços (OS’s) de:
 - 1.2.1.1. Arquitetura e Obras Civas;
 - 1.2.1.2. Sistemas de Ar-Condicionado e Exaustão;
 - 1.2.1.3. Sistemas de Elétrica e Telecomunicações; e
 - 1.2.1.4. Sistemas Hidrossanitários.
- 1.2.2. Elaboração e fornecimento de Estudos Preliminares. conforme definido em Ordens de Serviços (OS’s) de:
 - 1.2.2.1. Arquitetura e Obras Civas;
 - 1.2.2.2. Sistemas de Ar-Condicionado e Exaustão;
 - 1.2.2.3. Sistemas de Elétrica e Telecomunicações;
 - 1.2.2.4. Estruturas; e
 - 1.2.2.5. Sistemas Hidrossanitários.
- 1.2.3. Elaboração e fornecimento de Projetos Executivos. conforme definido em Ordens de Serviços (OS’s) de:
 - 1.2.3.1. Arquitetura e Obras Civas;
 - 1.2.3.2. Sistemas de Ar-Condicionado e Exaustão;
 - 1.2.3.3. Sistemas de Elétrica e Telecomunicações;
 - 1.2.3.4. Estruturas; e



SENADO FEDERAL

- 1.2.3.5. Sistemas Hidrossanitários.
- 1.2.4. Caso seja necessário utilizar técnicas destrutivas de qualquer elemento da edificação, cabe à contratada a sua devida recomposição em padrão de acabamento compatível com o local;
- 1.2.5. Remoções de lixo, entulho e outros resíduos gerados durante as investigações e ensaios.

2. Normas Aplicáveis

- 2.1. As seguintes normas se aplicam neste Caderno de Especificações Técnicas. Os equipamentos, materiais, serviços, testes e ensaios devem atender ou exceder as seguintes normas técnicas, conforme aplicável:
 - 2.1.1. Normas da ABNT específicas, aplicáveis direta ou subsidiariamente, que regulem os serviços, equipamentos e materiais, suas composições e características demandadas nesse Caderno de Especificações Técnicas;
 - 2.1.2. Normas de segurança específicas, aplicáveis direta ou subsidiariamente, que regulem os serviços demandados nesse Caderno de Especificações Técnicas;
 - 2.1.3. Normas internacionais, em complemento às normas da ABNT;
 - 2.1.4. Recomendações, ensaios de qualidade e instruções de associações industriais ou Inmetro;
 - 2.1.5. Recomendações, orientações e instruções dos fabricantes;
 - 2.1.6. Normas ASTM – *American Society for Testing and Materials*;
 - 2.1.7. Normas ASHRAE – *American Society of Heating, Refrigerating and Air-Conditioning Engineers*;
 - 2.1.8. Normas AHRI – *Air-Conditioning, Heating, and Refrigeration Institute*;
 - 2.1.9. Normas AMCA – *Air Movement and Control Association*;
 - 2.1.10. Normas DIN – *Deutsche Industrie Normen*;
 - 2.1.11. Normas VDE – *Verband Deutscher Elektrotechniker*;
 - 2.1.12. Normas ANSI – *American National Standard Institute*;
 - 2.1.13. Normas ISO – *International Organization for Standardization*;
 - 2.1.14. Normas NEC – *National Electric Code*;
 - 2.1.15. Normas IEC – *International Electrotechnical Commission*;
 - 2.1.16. Normas, padrões, recomendações e práticas IEEE;
 - 2.1.17. Serão aceitos equipamentos com normas distintas das listadas, desde que sejam equivalentes ou superiores, a critério do Senado Federal.



SENADO FEDERAL

3. Considerações gerais

- 3.1. Caberá à Contratada fornecer toda mão de obra, materiais e equipamentos, salvo o disposto em contrário nesta Especificação Técnica, em quantidade necessária à execução dos serviços, inclusive com relação aos prazos estabelecidos.
- 3.2. Obriga-se a Contratada a retirar do local dos serviços os materiais ou equipamentos porventura impugnados pela Fiscalização no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da notificação por escrito.

Limpeza do local de execução dos serviços

- 3.3. A depender do local escolhido para a realização das inspeções, é possível que este esteja em uso pelo Senado. Assim, a logística de execução deve ser programada para que as rotinas de funcionamento dos espaços sejam impactadas o mínimo possível. É imprescindível garantir a integridade dos transeuntes e limitar a emissão de pó/poeira, protegendo adequadamente as áreas com tapumes, se for o caso.
- 3.4. Ao final de cada dia de trabalho, toda a área em torno dos equipamentos, tanto na parte interna quanto externa do edifício, deverá ser organizada e o entulho e lixo removidos por conta da Contratada.

4. Equipe técnica e anotações de responsabilidade técnica

- 4.1. As atividades contratuais deverão ser continuamente acompanhadas por profissionais da Contratada, garantindo a execução dos serviços conforme o edital, as normas técnicas vigentes e as boas práticas de arquitetura e engenharia.
- 4.2. Os(As) profissionais deverão emitir as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRTs), devidamente registradas no CREA-DF ou CAU-DF, a serem entregues antes do início de cada atividade. Deverão ser emitidas ARTs ou RRTs que englobem a totalidade dos serviços indicados em cada Ordem de Serviços (OS).

5. Especificações técnicas

- 5.1. As fichas abaixo trazem as especificações de cada um dos itens da planilha de contratação:

6. CATSER

78 - Estudos e Projetos de Arquitetura

OBS: AS FICHAS TÉCNICAS SERÃO DISPONIBILIZADAS NO SISTEMA COMPRAS.GOV JUNTO AO EDITAL.



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

CONCORRÊNCIA Nº 90004/2026 – UASG 020001

(Processo nº 00200.009147/2025-75)

ANEXO 3

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA COM VALORES MÁXIMOS UNITÁRIOS

ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	UNIDADE	QUANTI- DADE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO DIRETO TOTAL	BDI (%)	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL
SF-04878	Levantamento como construído (“As Built”) – Arquitetura e Obras Cíveis	Serviço (Mat + MO)	m²	25.944,00	R\$ 32,07	R\$ 832.024,08	0,00%	R\$ 32,07	R\$ 832.024,08
SF-04879	Levantamento como construído (“As Built”) – Elétrica e Telecomunicações	Serviço (Mat + MO)	m²	25.944,00	R\$ 27,07	R\$ 702.304,08	0,00%	R\$ 27,07	R\$ 702.304,08
SF-04880	Levantamento como construído (“As Built”) – Ar-Condicionado e Exaustão	Serviço (Mat + MO)	m²	25.944,00	R\$ 27,07	R\$ 702.304,08	0,00%	R\$ 27,07	R\$ 702.304,08
SF-04881	Levantamento como construído (“As Built”) – Hidrossanitário	Serviço (Mat + MO)	m²	25.944,00	R\$ 27,07	R\$ 702.304,08	0,00%	R\$ 27,07	R\$ 702.304,08
SF-04882	Estudo Preliminar – Arquitetura e Obras Cíveis	Serviço (Mat + MO)	m²	25.944,00	R\$ 38,20	R\$ 991.060,80	0,00%	R\$ 38,20	R\$ 991.060,80
SF-04883	Estudo Preliminar – Elétrica e Telecomunicações	Serviço (Mat + MO)	m²	25.944,00	R\$ 16,90	R\$ 438.453,60	0,00%	R\$ 16,90	R\$ 438.453,60
SF-04884	Estudo Preliminar – Ar-Condicionado e Exaustão	Serviço (Mat + MO)	m²	25.944,00	R\$ 20,20	R\$ 524.068,80	0,00%	R\$ 20,20	R\$ 524.068,80
SF-04885	Estudo Preliminar – Hidrossanitário	Serviço (Mat + MO)	m²	25.944,00	R\$ 16,00	R\$ 415.104,00	0,00%	R\$ 16,00	R\$ 415.104,00
SF-04886	Estudo Preliminar – Estruturas	Serviço (Mat + MO)	m²	2595,00	R\$ 24,00	R\$ 62.280,00	0,00%	R\$ 24,00	R\$ 62.280,00
SF-04887	Projeto Executivo – Arquitetura e Obras Cíveis	Serviço (Mat + MO)	m²	25.944,00	R\$ 63,65	R\$ 1.651.335,60	0,00%	R\$ 63,65	R\$ 1.651.335,60
SF-04888	Projeto Executivo – Elétrica e Telecomunicações	Serviço (Mat + MO)	m²	25.944,00	R\$ 25,20	R\$ 653.788,80	0,00%	R\$ 25,20	R\$ 653.788,80



SENADO FEDERAL

ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	UNIDADE	QUANTI- DADE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO DIRETO TOTAL	BDI (%)	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL
SF-04889	Projeto Executivo – Ar-Condicionado e Exaustão	Serviço (Mat + MO)	m²	25.944,00	R\$ 32,50	R\$ 843.180,00	0,00%	R\$ 32,50	R\$ 843.180,00
SF-04890	Projeto Executivo – Hidrossanitário	Serviço (Mat + MO)	m²	25.944,00	R\$ 25,20	R\$ 653.788,80	0,00%	R\$ 25,20	R\$ 653.788,80
SF-04891	Projeto Executivo – Estruturas	Serviço (Mat + MO)	m²	2595,00	R\$ 36,20	R\$ 93.939,00	0,00%	R\$ 36,20	R\$ 93.939,00
m²									
								CUSTO DIRETO	R\$ 9.265.935,72
								CUSTO TOTAL	R\$ 9.265.935,72



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

CONCORRÊNCIA Nº 90004/2026 – UASG 020001

(Processo nº 00200.009147/2025-75)

ANEXO 4

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SENADO FEDERAL (CASF)

A. Complexo Arquitetônico do Senado Federal

1. De acordo com o Ato da Comissão Diretora nº 30 de 2002, o Complexo Arquitetônico do Senado Federal compreende:

- 1.1. Os espaços físicos localizados na Praça dos Três Poderes e adjacências, destinados ao funcionamento da Casa;
- 1.2. Os imóveis transferidos para a União por força da Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, e da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 1997;
- 1.3. Outras áreas no Distrito Federal destinadas ao uso do Senado Federal pela União;
- 1.4. Os imóveis residenciais da União no Distrito Federal que constituem a reserva técnica do Senado Federal;
- 1.5. A residência oficial do Senado Federal no Lago Sul; e
- 1.6. Os imóveis residenciais reservados para o uso privativo de parlamentares na SQS 309, Blocos “C”, “D” e “G”.

2. Trata-se, portanto, de Complexo de edifícios, espaços livres de edificação, áreas técnicas, e outros elementos de infraestrutura que dão suporte às atividades exercidas pela instituição, tanto em sua função principal (a legislativa), como em funções acessórias à essa atividade.

Tabela 1 - Principais edifícios do CASF

Edifícios	Área construída (m²)	Ano de Inauguração
Edifício Principal	14.942,27	1960
Anexo 1	14.891,06	1960
Anexo 2 (Blocos A, B e C)	43.788,02	1972-1981
Bloco 01 – Prodasen	5.896,55	1974-1980



SENADO FEDERAL

Bloco 02	4.448,31	2001
Bloco 03	160,73	2008
Bloco 04	1.465,52	2000
Bloco 05	777,29	2000
Bloco 06	3.357,96	1975
Bloco 07	3.114,8	1965
Bloco 08	3.357,96	1979
Bloco 09	2.935,87	1977
Bloco 10	3.981,59	1965
Bloco 11	991,03	1994
Bloco 12	997,93	1997
Bloco 13	1.575,77	1998
Bloco 14 - <i>Antiga Unidade de Apoio 01</i>	10.719,12	1980
Bloco 14 - <i>Antigo Bloco 6 da Gráfica</i>		1976
Bloco 15 - <i>Espaço do Servidor</i>	1.357,01	2012
Bloco 16	7.198,68	1988
Bloco 17	2.920,93	1995
Bloco 18	842,08	2005
Bloco 19 – <i>COTRAN</i>	3.713,23	n/d
Bloco 20	274,2	1975
Bloco 21	447,28	2012
Anexo 1, subsolo (Casa de Máquinas 1)	332,97	1972
Área Técnica 01 (Galeria Subterrânea)	-	-
Área Técnica 10 (Casa de Máquinas 3)	1.325,42	1980
Área Técnica 13 (Casa de Máquinas 2)	623,29	1972
Área Técnica 21 (SEEP Bloco 8)	1.855,91	1974
Área Técnica 42 (Subestação próx. BL15)	-	-
Área Técnica 65 (Ed. Palácio do Comércio)	199,06	n/d
Setor de Habitações Individuais Sul (Residência Oficial)	979,67	1983
Super Quadra Sul - 309 Bloco C	8.260,33	1972
Super Quadra Sul - 309 Bloco G	8.260,33	1972
Super Quadra Sul - 309 Bloco D	8.282,38	1972
Total	164.274,55	

3. Seguem abaixo, pranchas gráficas representando os principais edifícios que compõem o CASF.



SENADO FEDERAL



Figura 1 - Planta dos edifícios do CASF no entorno da Praça dos Três Poderes e da Via N2

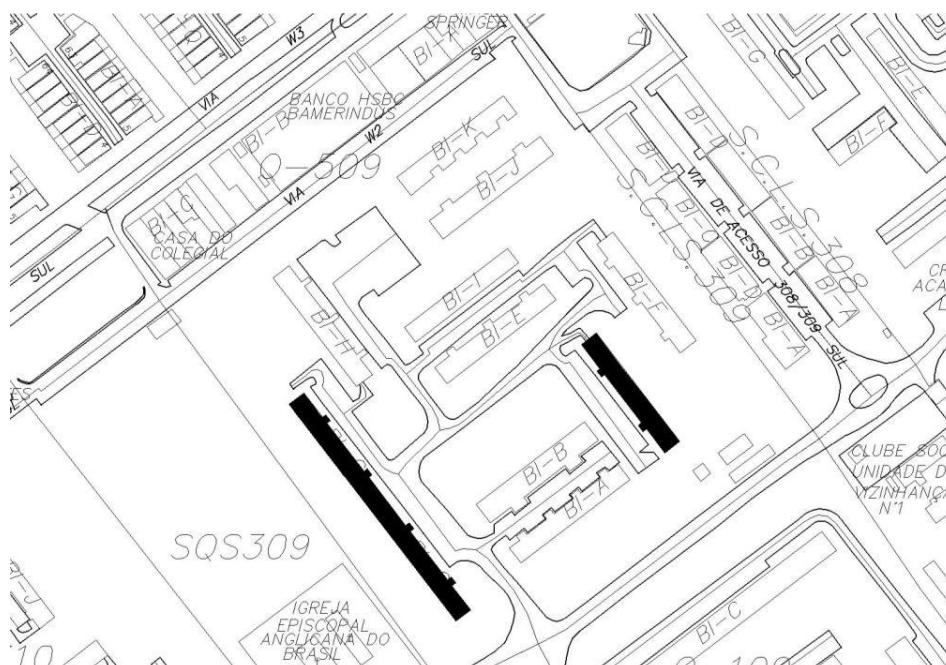


Figura 2 – Planta cadastral dos edifícios do CASF na SQS 309



SENADO FEDERAL

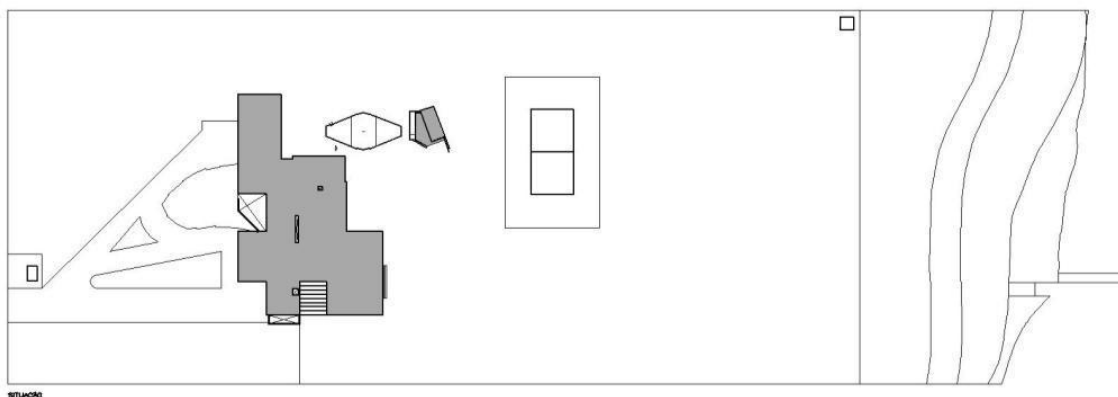


Figura 3 - Planta de Localização da Residência Oficial da Presidência do Senado Federal

B. Edifício Principal



Figura 4 - Edifício Principal com Edifício Anexo 1 ao fundo – 2015

4. Edificação inaugurada em 1960, com projeto de Oscar Niemeyer, partilhada com a Câmara dos Deputados. Desde sua inauguração, abriga os Plenários de ambas as instituições, além de espaços parlamentares, representativos e administrativos. Sua última grande reforma



SENADO FEDERAL

aconteceu em 1970, e incluiu ampliação para criação de uma ala de gabinetes. Hoje, a área de seus gabinetes parlamentares varia de 100m² a 280m².

5. O Edifício Principal do Congresso Nacional foi tombado individualmente como patrimônio cultural brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN em 2008, com tombamento homologado pela Portaria do Ministério da Cultura nº 55 de 2017.

6. Além das áreas de representação (Plenários, Salões etc.) e das áreas administrativas, conforme levantamento de 2015, o edifício dispõe dos gabinetes parlamentares listados abaixo:

Tabela 2 - Gabinetes Parlamentares no Edifício Principal

Ala / Pavimento	Gabinete	Área Total
Antonio Carlos Magalhães	Gabinete 03	180,83 m ²
	Gabinete 04	179,88 m ²
	Gabinete 05	144,03 m ²
Dinarte Mariz	Gabinete 01	139,68 m ²
	Gabinete 02/03	239,45 m ²
	Gabinete 04	215,32 m ²
	Gabinete 05	129,17 m ²
1º Pavimento	Presidência	635,95 m ²
	1ª Vice-Presidência	108,73 m ²
	2ª Vice-Presidência	87,95 m ²



SENADO FEDERAL

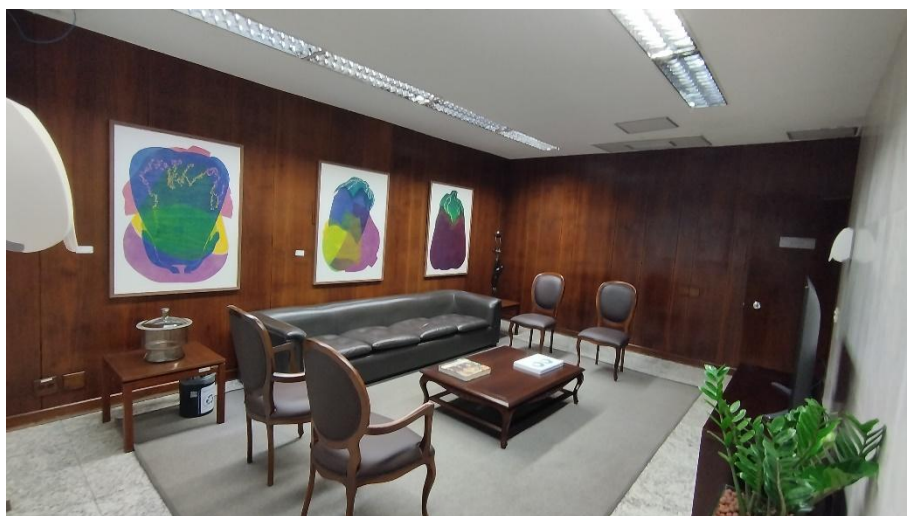


Figura 5 - Presidência - Sala de Espera – 2025



Figura 6 - Presidência – Gabinete - 2019



Figura 7 - Presidência – Gabinete - 2019



SENADO FEDERAL

7. O edifício Principal possui ainda 24 Sanitários, 8 Copas e 12 conjuntos de áreas molhadas que, em planta, apresentam copas e sanitários contíguos, conforme levantamento de 2023.

Edifício Anexo 1

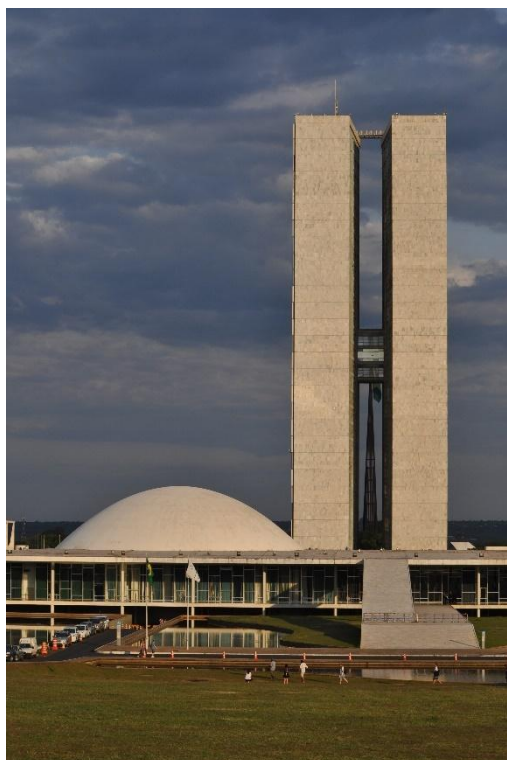


Figura 8 - Edifício Anexo 1 - 2015

8. Edificação inaugurada em 1960, com projeto de Oscar Niemeyer. Inicialmente concebida para atividades administrativas, possui 27 pavimentos, com pavimento tipo, subsolo, térreo e cobertura.
9. Especialmente após 2010, foi progressivamente ocupado por gabinetes parlamentares, que hoje ocupam a maior parte dos seus pavimentos, com áreas que variam de 200m² a 350 m². A área total de cada pavimento é de aproximadamente 450 m².
10. Juntamente com o Edifício Principal, foi tombado individualmente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 2008, com tombamento homologado pela Portaria do Ministério da Cultura nº 55 de 2017.



SENADO FEDERAL

11. Sua última grande reforma teve início em 27/11/1997, a partir da Carta Contrato 0130/1997 (processo 00200.020816/1996-74 e Ato do Diretor Geral nº 3499 de 1997), ao custo total de R\$ 17.824.849,29, tendo se encerrado em 12/02/2001. A obra foi realizada pela Construtora Villela e Carvalho Ltda, e incluiu a renovação de divisórias, instalações (elétrica e hidrossanitária), revestimentos, implementação de novas tecnologias de comunicação, de condicionamento de ar, de sistema de som, automação predial e de sistema de detecção, alarme e proteção contra incêndio.

12. A estruturação de salas e circulação horizontal do edifício foi projetada para tornar mais eficiente seu uso, além de mais flexível para compartimentação das atividades dentro dos gabinetes parlamentares ou escritórios administrativos ali instalados. Assim, não devem ser propostas alterações na estruturação dos corredores do edifício, mantendo a integridade de sua proposta original.

13. Adicionalmente, não devem ser utilizadas divisórias de vidro temperado. As divisórias indicadas para utilização no edifício devem seguir os padrões estabelecidos nas fichas de especificações SF-00132 e SF-00133.

14. Além das áreas de apoio (Copas, Corredores, Saguão de entrada, Salas Técnicas etc.) e das áreas administrativas, conforme levantamento de 2015, o edifício dispõe dos gabinetes parlamentares listados abaixo:

Tabela 3 - Gabinetes parlamentares no Edifício Anexo 1

Gabinete	Área Total
Térreo - A	117,52 m ²
Térreo - B	192,61 m ²
2º Pavimento	325,93 m ²
3º Pavimento	327,73 m ²
4º Pavimento	293,61 m ²
5º Pavimento	234,19 m ²
6º Pavimento	341,19 m ²
7º Pavimento	341,19 m ²



SENADO FEDERAL

8º Pavimento	293,61 m²
9º Pavimento	321,37 m²
10º Pavimento	293,19 m²
11º Pavimento	348,16 m²
12º Pavimento	348,16 m²
13º Pavimento	350,16 m²
14º Pavimento	333 m²
15º Pavimento	333,01 m²
16º Pavimento	249,84 m²
17º Pavimento	265,08 m²
18º Pavimento	306,66 m²
19º Pavimento	266,91 m²
20º Pavimento	322,05 m²
21º Pavimento	349,85 m²
22º Pavimento	295,02 m²
23º Pavimento	315,01 m²
24º Pavimento	267,05 m²
25º Pavimento	315,01 m²



SENADO FEDERAL



Figura 9 - 6º Pavimento – Gabinete - 2024



Figura 10 - 6º Pavimento – Gabinete - 2024

15. O edifício Anexo 1 possui 83 Sanitários, 30 Copas e 1 conjunto de áreas molhadas que, em planta, apresentam copa e sanitários contíguos, conforme levantamento de 2023.

Edifício Anexo 2

16. Conjunto de três edificações construídas entre 1972 e 1981 para abrigar as atividades parlamentares, de representação e de apoio executadas no Senado Federal. Os edifícios são conectados por generoso corredor de circulação que abriga exposição sobre a história da instituição, conhecido como Túnel do Tempo.

17. Ao longo das décadas subsequentes a sua construção, as atividades de apoio e representação foram sendo remanejadas para blocos de apoio fora do edifício Anexo 2, sendo atualmente predominantemente utilizado por gabinetes parlamentares.

18. Conforme levantamento de 2023, o edifício Anexo 2 possui 101 Sanitários, 22 Copas e 79 conjuntos de áreas molhadas que, em planta, apresentam copa e sanitários contíguos.

Anexo 2 – Bloco A



SENADO FEDERAL



Figura 11 - Ed. Anexo 2 - Bloco A - 2018



Figura 12 - Ed. Anexo 2 - Bloco A - 2018

19. Edificação inaugurada em 1972, com projeto de Oscar Niemeyer, foi concebida para Gabinetes Parlamentares, Comissões, Assessoria Legislativa, Biblioteca, Arquivo e Ata. A última grande reforma aconteceu em 1995, quando houve atualização de instalações, revestimentos e divisórias; duplicação dos gabinetes existentes; e utilização das áreas até então ocupadas pelo Arquivo, Serviço Médico e Restaurante para novos gabinetes. Hoje, estes ocupam a totalidade da edificação, com exceção da Biblioteca, e suas áreas variam de 145m² a 300m².

20. Além das áreas de apoio (Copas, Corredores, Saguão, Salas Técnicas, etc.) e das áreas administrativas, conforme levantamentos de 2015 e de 2023, o edifício dispõe dos gabinetes parlamentares listados abaixo:

Tabela 4 - Gabinetes parlamentares no edifício Anexo 2 - Bloco A

Ala	Gabinete	Área Total
Afonso Arinos	Gabinete 01	180,10 m ²
	Gabinete 02	159,73 m ²
	Gabinete 03	158 m ²
	Gabinete 04	158,45 m ²
	Gabinete 05	158,57 m ²
	Gabinete 06	159,02 m ²
	Gabinete 07	158,48 m ²
	Gabinete 08	158,94 m ²



SENADO FEDERAL

	Gabinete 09	294,71 m ²
	Gabinete 10	142,78 m ²
	Gabinete 11	268 m ²
Tancredo Neves	Gabinetes 60/59	274,13m ²
	Gabinete 50	134,59 m ²
	Gabinetes 51/53	225,26 m ²
	Gabinetes 54/52	206,49 m ²
	Gabinete 55/57	249,31 m ²
	Gabinetes 56/58	291,66 m ²
Teotônio Vilela	Gabinete 01	150,17 m ²
	Gabinete 02	150,17 m ²
	Gabinete 03	150,17 m ²
	Gabinete 04	150,17 m ²
	Gabinete 05	150,17 m ²
	Gabinete 06	150,17 m ²
	Gabinete 07	150,17 m ²
	Gabinete 08	150,17 m ²
	Gabinete 09	150,17 m ²
	Gabinete 10	158,25 m ²
	Gabinete 11	150,17 m ²
	Gabinete 12	150,17 m ²
	Gabinete 13	150,17 m ²
	Gabinete 14	150,17 m ²
	Gabinete 15	146,01 m ²
	Gabinete 16	150,17 m ²
	Gabinete 17	150,17 m ²
	Gabinete 18	150,17 m ²
	Gabinete 19	150,17 m ²
	Gabinete 21	150,17 m ²
	Gabinete 23	153,34 m ²



SENADO FEDERAL

	Gabinete 24	150,17 m ²
	Gabinete 25	186,08 m ²
Filinto Müller	Gabinete 01	182,57 m ²

Ala Afonso Arinos – Imagens de Gabinete

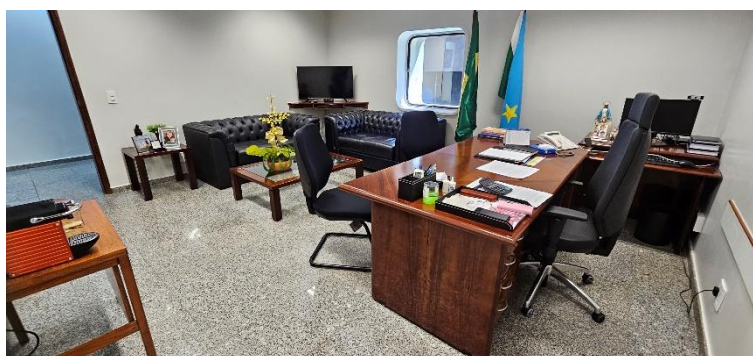


Figura 13 - Sala de Parlamentar - Gabinete 1 – 2023



Figura 14 - Apoio Parlamentar - Gabinete 7 - 2025

Ala Tancredo Neves – Imagens de Gabinete



SENADO FEDERAL



Figura 15 -Entrada Principal – Gabinete 60 - 2024



Figura 16 - Escritório - Gabinete 60 - 2024

Ala Teotônio Vilela – Imagens de Gabinete



SENADO FEDERAL



Figura 17 - Sala de Parlamentar - Gabinete 18 - 2021

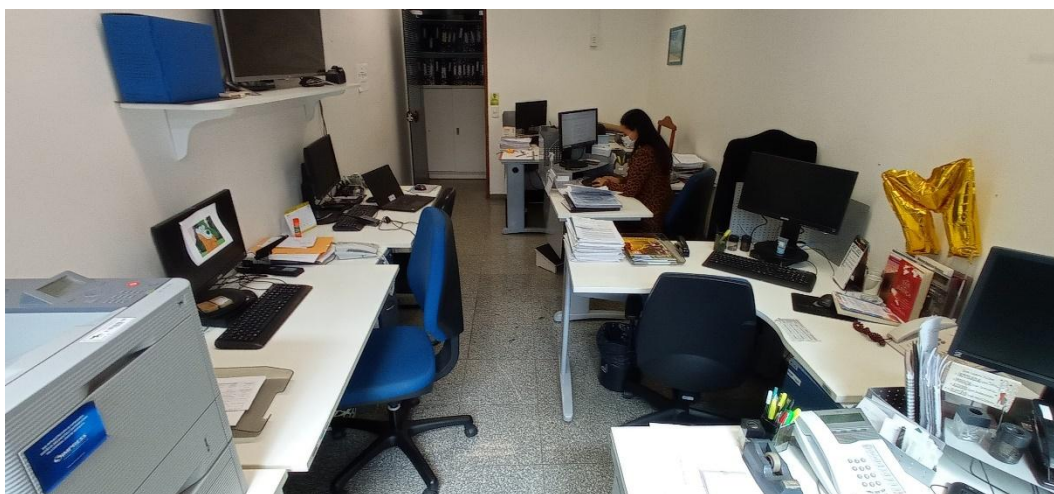


Figura 18 - Escritório - Gabinete 18 - 2021

Ala Filinto Müller – Imagens de Gabinete



SENADO FEDERAL



Figura 19 - Sala de Parlamentar - Gabinete 1 - 2022



Figura 20 - Sala de Reunião - Gabinete 1 - 2022

Anexo 2 – Bloco B



SENADO FEDERAL



Figura 21 - Edifício Anexo 2 - Bloco B - 2018

Figura 22 - Edifício Anexo 2 - Bloco B - 2018

21. A edificação, projetada por Oscar Niemeyer, foi inaugurada em 1977-1978. Era composta por espaços culturais, cerimoniais e representativos, de uso coletivo: o Auditório Petrônio Portella e os foyers a ele integrados. Em acordo com esses usos especiais, tinha jardins no pilotis e nos pavimentos superiores, e uma coleção de obras de arte integradas: três murais de Paulo Werneck, no pilotis e nas paredes laterais; um painel de Marianne Peretti e um de Athos Bulcão, no foyer do auditório (atualmente remanejados para outros pontos do CASF); e outro painel de Athos Bulcão no interior do auditório (tombado pelo Governo do Distrito Federal em 2009).

22. Ao longo do tempo, o foyer superior foi adaptado para receber espaços de escritório da Consultoria Legislativa; o foyer inferior e parte de seus jardins foram ocupados pela Ala Ruy Carneiro, de Gabinetes Parlamentares com área de 155m² a 195m²; o pilotis foi ocupado pela Rádio Senado, pela Secretaria de Relações Públicas e pelo Restaurante dos Senadores; e o subsolo passou a abrigar a TV Senado. Esse processo ocasionou perda de qualidade arquitetônica, além de uma situação quase generalizada de alta densidade de ocupação, com riscos relativos à acessibilidade e ao combate a incêndio e pânico – além de problemas de infraestrutura, a exemplo do que ocorre com as instalações de esgoto do subsolo.

23. Em 2015, a área ocupada pela Consultoria Legislativa foi objeto de reforma para a criação da Ala das Lideranças, através dos contratos 0092/2014 (R\$ 782.720,00) e 0100/2014 (R\$ 64.355,13), com a criação de 4 gabinetes parlamentares. Posteriormente, a Ala das Lideranças foi rebatizada como Ala Humberto Lucena.



SENADO FEDERAL

24. Além das áreas de apoio (Copas, Corredores, Saguão, Salas Técnicas, etc.) e das áreas administrativas, conforme levantamentos de 2015 e de 2023, o edifício dispõe dos gabinetes parlamentares listados abaixo:

Tabela 5 - Gabinetes parlamentares no edifício Anexo 2 - Bloco B

Ala	Gabinete	Área Total
Lideranças (Humberto Lucena)	Gabinete 01	137,047 m²
	Gabinete 02	127,907 m²
	Gabinete 03	161,772 m²
	Gabinete 04	171,863 m²
Ruy Carneiro	Gabinete 01	209,76 m²
	Gabinete 02	163,69 m²
	Gabinete 03	164,32 m²
	Gabinete 04	164,25 m²

Ala das Lideranças (Humberto Lucena) – Imagens de Gabinete



SENADO FEDERAL



Figura 23 - Escritório - Gabinete 1 - 2024



Figura 24 - Escritório - Gabinete 1 - 2024

Ala Ruy Carneiro – Imagens de Gabinete



SENADO FEDERAL



Figura 25 - Recepção - Gabinete 3 - 2024



Figura 26 - Reuniões - Gabinete 3 - 2024

Anexo 2 – Bloco C



Figura 27 - Edifício Anexo 2 - Bloco C - 2018



Figura 28 - Edifício Anexo 2 - Bloco C - 2018

25. Edificação inaugurada por etapas, em 1980-1981, com projeto de Oscar Niemeyer. Inicialmente concebida para atividades das Comissões Parlamentares, foi parcialmente ocupada, ao longo do tempo, por gabinetes parlamentares e de lideranças, que hoje ocupam áreas que variam de 140m² a 270m². Desde sua inauguração, passou por diversas pequenas reformas, incluindo troca de revestimentos, melhorias de acesso e infraestrutura de telecomunicações. Uma dessas reformas teve o objetivo de criar os Gabinetes dos Presidentes de Comissão Permanente, com a adaptação das alvenarias, das instalações e do piso.



SENADO FEDERAL

26. Além das áreas de apoio (Copas, Corredores, Saguão, Salas Técnicas, etc.) e das áreas administrativas, conforme levantamentos de 2015, o edifício dispõe dos gabinetes parlamentares listados abaixo:

Tabela 6 - Gabinetes parlamentares no edifício Anexo 2 - Bloco C

Ala	Gabinete	Área Total
Nilo Coelho	Gabinete 10	279,6 m ²
	Gabinete 02	203,76 m ²
	Gabinete 08	179,7 m ²
	Gabinete 11	214,65 m ²
Alexandre Costa	Gabinete 01	166,68 m ²
	Gabinete 21	269,59 m ²
	Gabinete 03	202,67 m ²

Ala Nilo Coelho – Imagens de Gabinete



Figura 29 - Sala de Parlamentar - Gabinete 8 - 2023



SENADO FEDERAL



Figura 30 - Jardim Externo - Gabinete 8 - 2024

Ala Alexandre Costa – Imagens de Gabinete



Figura 31 - Sala de Parlamentar - Gabinete 3 - 2023



Figura 32 - Sala de Parlamentar - Gabinete 3 - 2023



SENADO FEDERAL

Bloco 1 – “Prodasen”



Figura 33 - Bloco 1 - 2018



Figura 34 - Bloco 1 - 2018

27. Edificação inaugurada por etapas, a partir de 1974 até o início da década de 1980, para abrigar os serviços de Informática de Senado Federal, e que permanece com sua destinação original. Em 2009/2010, foi realizada uma grande reforma, que compreendeu arranjo espacial, divisórias, revestimentos e a revisão das instalações prediais (Contrato 0043/2008), ao custo de R\$ 435.303,56.

28. O Bloco 1 possui ainda 7 Sanitários e 3 Copas, conforme levantamento de 2023.



Figura 35 - Sala Guarujá – 2025



Figura 36 - Sala Guarujá - 2025



SENADO FEDERAL

Bloco 02 – “Interlegis”



Figura 37 - Bloco 2 - 2018



Figura 38 - Bloco 2 - 2018

29. Edificação inaugurada em 2001, com projeto do escritório Reis Arquitetura, como sede do Programa Interlegis. Apresenta, em seu hall principal, um painel de azulejos, de autoria de Athos Bulcão, tombado pelo Governo do Distrito Federal em 2009.

30. Partes de sua área foram adaptadas para abrigar a SAFIN (em 2012) e o ILB (em 2013), áreas que posteriormente foram remanejadas para outros espaços no CASF. Em 2023, o Bloco 2 abrigava gabinetes parlamentares (Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Secretarias), a Secretaria de Transparência, a Instituição Fiscal Independente e a ADVOSF.

31. O contrato 0001/2022 foi responsável pela substituição completa de seu piso de carpete, tendo sido recebido em maio de 2022, a um custo de R\$ 470.000,00. O contrato 0203/2024, por sua vez, foi responsável pela realização de investigação técnica, modelagem, laudos e projeto executivo de reforço da estrutura e das fundações, a um custo total de R\$ 98.760,0, tendo sido recebido definitivamente em agosto de 2025.

32. O Bloco 2 possui 5 Sanitários, 2 Copas e 2 conjuntos de áreas molhadas que, em planta, apresentam copa e sanitários contíguos, conforme levantamento de 2023.



SENADO FEDERAL



Figura 39 - Primeiro Pavimento - 2025

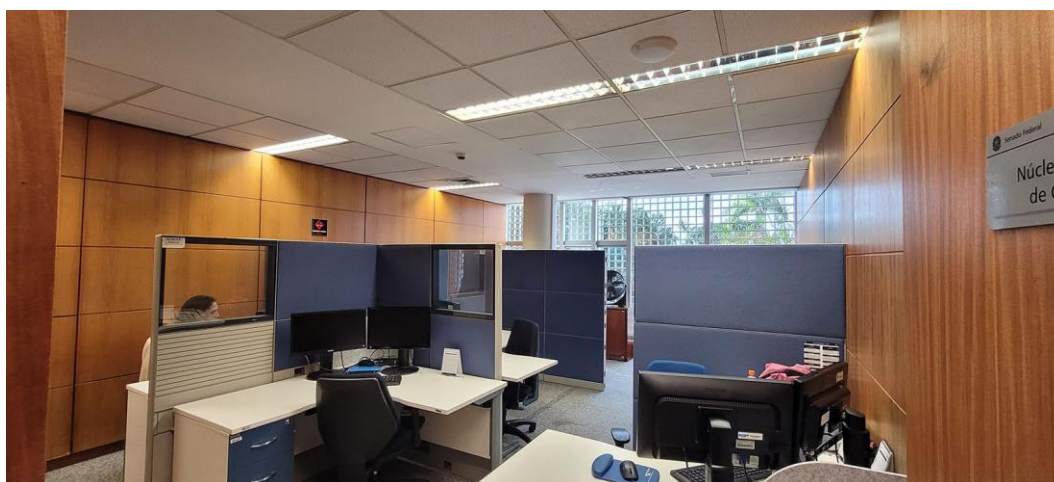


Figura 40 - Primeiro Pavimento - 2025



SENADO FEDERAL

Bloco 03



Figura 41 - Bloco 03 - 2018



Figura 42 - Bloco 03 - 2018

33. O Bloco 03 possui 1 Sanitário e 1 Copa, conforme levantamento de 2023.

Bloco 04



Figura 43 - Bloco 04 - 2018



Figura 44 - Bloco 04 - 2018

34. Edificação projetada pela equipe do Senado Federal, como parte do complexo da Gráfica. Hoje, além de conter depósitos, atende à Secretaria de Recursos Humanos e à Caixa Econômica Federal. As últimas grandes obras acontecidas no prédio foram a instalação de cobertura metálica suplementar, na década de 1990, e a construção de novas salas para um posto avançado do Serviço Médico.

35. Nessa reforma para instalação do Serviço Médico foi realizada a demolição de paredes, substituição do piso por um tipo vinílico, remanejamento das instalações elétricas e



SENADO FEDERAL

hidrossanitárias, além da colocação de novas esquadrias e luminárias. Atualmente, o Serviço Médico não se encontra mais nesse edifício, tendo sido substituído por diferentes áreas administrativas e uma agência da Caixa Econômica Federal.

36. O Bloco 04 possui ainda 2 Sanitários, 2 Copas e 1 conjunto de áreas molhadas que, em planta, apresentam copa e sanitários contíguos, conforme levantamento de 2023.

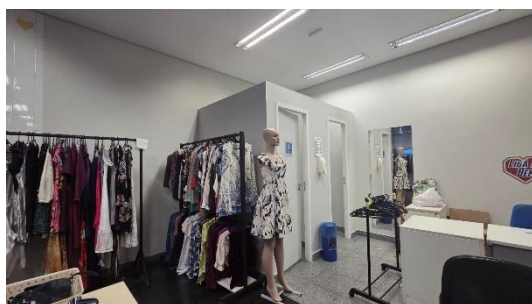


Figura 45 - Área interna - 2025

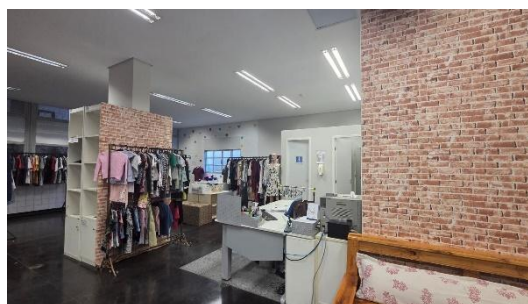


Figura 46 - Área interna - 2025

Bloco 05



Figura 47 - Bloco 05 - 2018



Figura 48 - Bloco 05 - 2018

37. Edificação projetada pela equipe do Senado Federal, para abrigar o almoxarifado de inflamáveis da Gráfica. Hoje, além desse almoxarifado, abriga diversos depósitos. A única obra de grande porte realizada após a sua conclusão foi a instalação de cobertura metálica suplementar.

38. O Bloco 05 possui 1 Sanitário, conforme levantamento de 2023.



SENADO FEDERAL



Figura 49 - Almoxarifado - 2025



Figura 50 - Almoxarifado - 2025



SENADO FEDERAL

Bloco 06



Figura 51 - Bloco 06 – 2018



Figura 52 - Bloco 06 - 2018

39. Edificação com projeto desenvolvido em 1972, pelo Arq. Pedro Ceolin Stefanon, então funcionário da Gráfica do Senado. O alvará de construção e pagamento de taxa de fiscalização de obra foram emitidos em 1974 (Processo 072-749-74 GDF), com o edifício sendo inaugurado em 1975. A iniciativa da construção foi do 1º Secretário, Senador Ney Braga, senador entre 1968 e 1974, com vistas a abrigar o grande volume de insumos, especialmente papel, necessários ao funcionamento da Gráfica do Senado.

40. A obra foi concebida com grande área em subsolo, de forma a manter condições ambientais mais estáveis para o papel em bobinas. No pavimento térreo, seriam estocados materiais menos sensíveis – tintas e papel em resmas, conforme memorial elaborado pelo arquiteto. O uso como depósito de papel permanece na atualidade, tendo sido ocupado parcialmente por outros tipos de depósitos e áreas de escritório.

41. Ao longo do tempo, os espelhos d'água existentes em ambas as laterais externas foram aterrados. A última grande obra no prédio foi a construção de cobertura metálica suplementar, destinada a resolver problemas de infiltração de água. E foi realizado também reforço estrutural e impermeabilização dos espelhos de água que existiam adjacentes ao almoxarifado.

42. O Bloco 06 possui 1 conjunto de áreas molhadas que, em planta, apresentam copa e sanitários contíguos, conforme levantamento de 2023.



SENADO FEDERAL

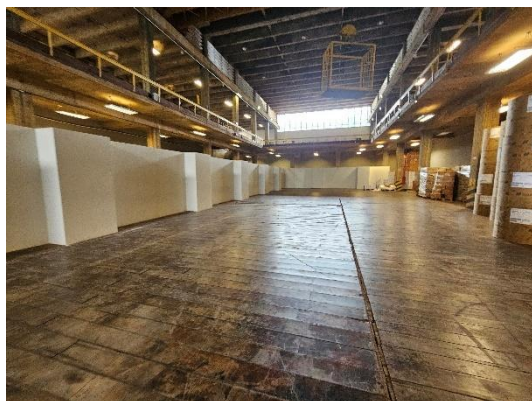


Figura 53 - Subsolo - 2024



Figura 54 - Subsolo - 2024

Bloco 07



Figura 55 - Bloco 07 - 2018



Figura 56 - Bloco 07 - 2018

43. Edificação concebida para abrigar os Serviços Gráficos do Senado, projetada em 1963 por Oscar Niemeyer, juntamente com edifício anexo para geração de energia elétrica, conforme se verifica nas pranchas presentes no acervo de desenhos técnicos da Sinfra, recebidas da equipe de infraestrutura da Gráfica.

44. Edifício construído a partir de 1963 pela Companhia Construtora Nacional, responsável pelos projetos estruturais presentes no acervo da Sinfra, e inaugurado em 1965, conforme relatório da presidência do Senado e Documentação de Habite-se presente na Administração Regional do Plano Piloto. A Carta de Habite-se foi expedida em 18 de novembro de 1965 (Processo 016-396-66 GDF).



SENADO FEDERAL

45. À medida que foram inaugurados os outros blocos da Gráfica, seu uso industrial tem sido gradualmente substituído pelo uso administrativo (Diretoria Industrial), mas a Impressão Digital ainda permanece em suas dependências.

46. As mudanças de uso implicaram em transformações pontuais, mas o prédio nunca passou por uma reforma completa. Uma das alterações mais significativas foi a criação do Auditório João Emílio Falcão, com 120 lugares, sala de espera, sala de projeção e copa. Outra foi a reforma da Subsecretaria Industrial com instalação da Nova Área de Pré-impressão, que compreendeu a colocação de piso elevado, de divisórias e de mezanino em estrutura metálica.

47. O Bloco 07 possui 4 Sanitários, 1 Copa e 2 conjuntos de áreas molhadas que, em planta, apresentam copa e sanitários contíguos, conforme levantamento de 2023.

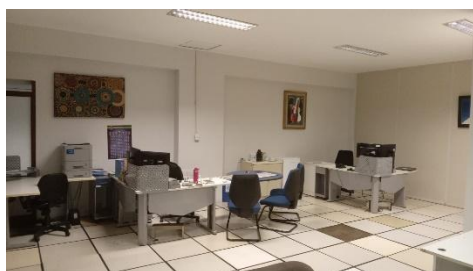


Figura 57 - Escritório - Semi-enterrado - 2023

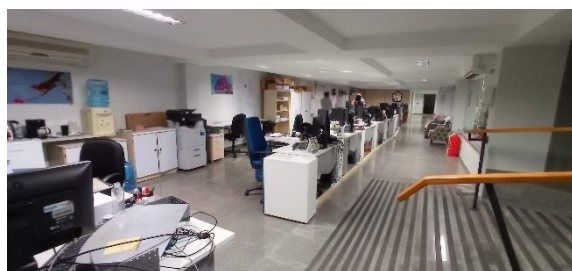


Figura 58 - Escritório - Semi-enterrado - 2020



SENADO FEDERAL

Bloco 08



Figura 59 - Bloco 08 - 2018

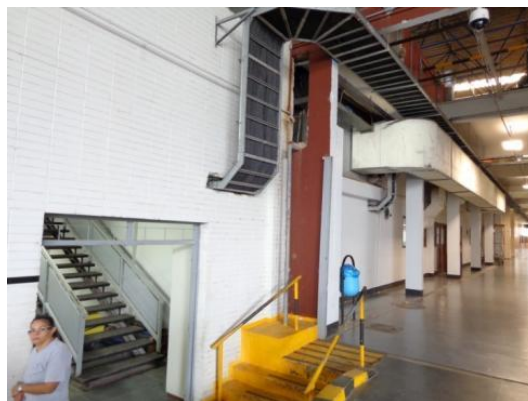


Figura 60 - Bloco 08 - 2018

48. Edificação projetada pela equipe do Senado Federal para abrigar serviços de impressão. Hoje, continua abrigando atividades industriais, como a produção de fotolitos e a impressão offset. As últimas grandes obras acontecidas no prédio foram a instalação de cobertura metálica suplementar, na década de 1990, e a construção de novas salas para o Controle de Qualidade, que ficaram conhecidas como Bloco 9 da Gráfica.

49. O Bloco 08 possui ainda 3 Sanitários e 2 Copas, conforme levantamento de 2023.

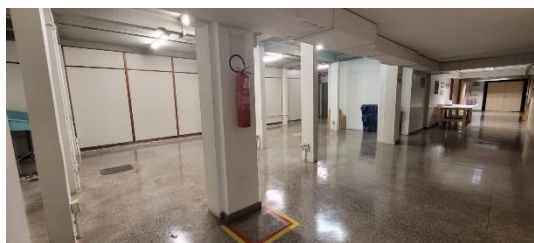


Figura 61 - Semi-enterrado - 2024



Figura 62 - Semi-enterrado - 2024



SENADO FEDERAL

Bloco 09



Figura 63 - Bloco 09 - 2018



Figura 64 - Bloco 09 - 2018

50. Edificação inaugurada em 1977, com projeto desenvolvido no próprio Senado, foi concebida para abrigar as Seções de Acabamento e Expedição da Gráfica do Senado, uso que permanece na atualidade. As últimas grandes obras acontecidas no prédio foram a instalação de cobertura metálica suplementar, destinada a resolver problemas de infiltração de águas pluviais, na década de 1990, e a ampliação da área, para abrigar o Serviço de Tipografia, em 2009-2010.

51. O Bloco 09 possui 02 conjuntos de áreas molhadas que, em planta, apresentam copa e sanitários contíguos, conforme levantamento de 2023.



Figura 65 - Semienterrado - 2025



Figura 66 - Semienterrado - 2024



SENADO FEDERAL

Bloco 10



Figura 67 - Bloco 10 - 2018



Figura 68 - Bloco 10 - 2018

52. Edificação projetada pela CoAU, da NOVACAP, com pranchas assinadas pelo arquiteto Marcello Duarte Moreira Santos, disponíveis no acervo da Sinfra. Em 30 de dezembro de 1970, foi formalizado o Instrumento Contratual por Administração Contratada entre o Senado Federal e a Construtora Villela Carvalho. O projeto foi apresentado para aprovação, na categoria “obra nova”, em 25 de março de 1971. Em 29 de março de 1971, foram aprovados os projetos de instalação de água, esgotos sanitários e águas pluviais pela CAESB. Em 01 de abril de 1971, foi aprovado o projeto das instalações telefônicas pela COTELB. Em 01 de abril de 1971, foi apresentado o projeto de Instalação Elétrica junto a CEB. Em 19 de abril de 1971, foi apresentado o projeto de Combate a Incêndio junto ao Corpo de Bombeiros de Brasília. Em 01 de abril de 1971, foi emitida a declaração de demarcação da Área da Gráfica do Senado. Em 01 de abril de 1971, foi emitida a declaração de reversão de área destinada ao Serviço Gráfico do Senado Federal para o Serviço de Patrimônio da União. O alvará de construção foi expedido em 20 de abril de 1970 (processo 301-696-71-GDF).

53. O edifício foi construído em duas etapas. A primeira, a sul, se destinava a abrigar as áreas administrativas da Gráfica. O uso persistiu durante muitos anos, incluindo Direção da Gráfica, Conselho Editorial, Recursos Humanos. A segunda etapa, a norte, foi construída como Restaurante da Gráfica. Desde 2014-2015, o edifício é ocupado pela Diretoria Geral do Senado e por diversos de seus órgãos subordinados.



SENADO FEDERAL

54. As últimas grandes reformas realizadas foram a ocupação da área do antigo restaurante por escritórios (pavimento semienterrado); as adaptações para receber a Secretaria de Recursos Humanos, em 2012 (primeiro pavimento); a substituição da laje impermeabilizada por telha metálica trapezoidal; e as adaptações para receber a Diretoria-Geral (2014-2015).

55. O Bloco 10 possui 17 Sanitários, 05 Copa e 01 conjunto de áreas molhadas que, em planta, apresentam copa e sanitários contíguos, conforme levantamento de 2023.



Figura 69 - Semienterrado - 2025



Figura 70 - Primeiro Pavimento - 2024

Bloco 11



Figura 71 - Bloco 11 - 2018



Figura 72 - Bloco 11 - 2018

56. Edificação inaugurada em 1994, com projeto desenvolvido internamente no Senado Federal, com vistas a absorver áreas administrativas provenientes do edifício Anexo 01. Posteriormente, passou a abrigar a Subsecretaria de Edições Técnicas e atualmente abriga parte da Secretaria de Comunicação.



SENADO FEDERAL

57. Através do contrato 0126/2020, recebido definitivamente em julho de 2021, o sistema central de climatização foi substituído, ao custo total de R\$ 124.129,11.

58. O Bloco 11 possui 02 conjuntos de áreas molhadas que, em planta, apresentam copa e sanitários contíguos, conforme levantamento de 2023.



Figura 73 - Sala de Reunião - 2024

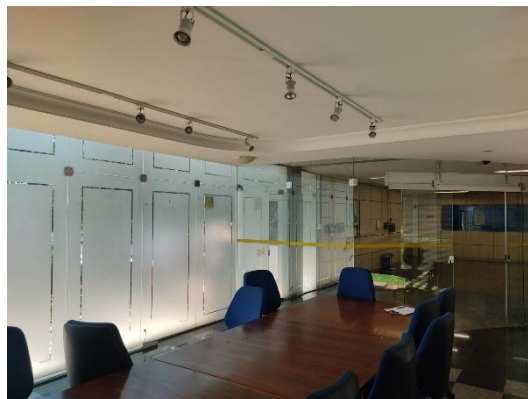


Figura 74 - Sala de Reunião - 2024

Bloco 12



Figura 75 - Bloco 12 - 2018



Figura 76 - Bloco 12 - 2018

59. Edificação inaugurada em 1997, com projeto desenvolvido internamente no Senado Federal, com vistas a absorver áreas administrativas provenientes do edifício Anexo 01. Contudo, passou a abrigar o Instituto Legislativo Brasileiro.



SENADO FEDERAL

60. O Bloco 12 possui 01 conjunto de áreas molhadas que, em planta, apresentam copa e sanitários contíguos, conforme levantamento de 2023.



Figura 77 - Escritório - 2025



Figura 78 - Sala da Diretoria - 2022

Bloco 13



Figura 79 - Bloco 13 - 2018



Figura 80 - Bloco 13 - 2018

61. Edificação com projeto datado de 1998, contratado externamente junto ao arquiteto Roberto Cintra Campos. A destinação inicial (serviços de Telefonia do Senado Federal) persiste e não houve reformas de grande porte no edifício.

62. A evolução das funções de telefonia teve início em 1990, com a aquisição da Central Inteligente, com capacidade para 2.064 ramais, contando com contínuo crescimento, e, portanto, com a necessidade de um espaço físico adequado. A arquitetura dos ambientes foi pensada para os equipamentos e para os fluxos de uso. A estrutura da edificação é em concreto armado, com revestimentos cerâmicos e esquadrias de alumínio.



SENADO FEDERAL

63. O Bloco 13 possui 02 Sanitários, 01 Copa e 02 conjuntos de áreas molhadas que, em planta, apresentam copa e sanitários contíguos, conforme levantamento de 2023.



Figura 81 - Acesso Principal - 2025



Figura 82 - Acesso Principal - 2024

Bloco 14

Antiga Unidade de Apoio 01



Figura 83 - Bloco 14 - 2018



Figura 84 - Bloco 14 - 2018

64. Edificação inaugurada em 1980, com projeto desenvolvido internamente no Senado Federal, para uso por oficinas e depósitos. Ao longo do tempo, passou a abrigar também usos administrativos, a exemplo da Secretaria de Infraestrutura e da Coordenação de Arquivo. Para tanto, sofreu reformas pontuais, com mudanças nas paredes, revestimentos e esquadrias, criação



SENADO FEDERAL

de mezaninos, e inserção de novas instalações hidráulicas, elétricas, de dados e de ar condicionado.

65. Para garantir condições ideais para a função de conservação do acervo de documentos, que também está presente nessa edificação, foram feitas alterações do revestimento de piso e dos acessos, além da instalação de elevadores monta-carga.

66. Os cuidados específicos para a conservação dos materiais de arquivo envolvem controle de temperatura, umidade e luminosidade. O sistema de climatização mantém uniformes as características do ambiente do acervo, de acordo com o recomendado pelas técnicas arquivísticas. E as esquadrias receberam películas de proteção para a entrada dos raios solares se tornar adequada. Além desses cuidados, todo o ambiente do Acervo possui pintura antimoho.

67. Em contrato recente, voltado especificamente para a cobertura da edificação, a laje do edifício foi impermeabilizada com manta asfáltica com tratamento térmico em EPS, de forma a resolver problemas com infiltração existentes. Em 2022, através do Contrato 0175/2022, começou a ser instalada um Sistema de Geração de Energia Solar Fotovoltaica na cobertura, fato que permitiu diversificar as fontes de energia disponíveis no CASF.



Figura 85 - Recepção da Coordenação de Arquivo
- 2024

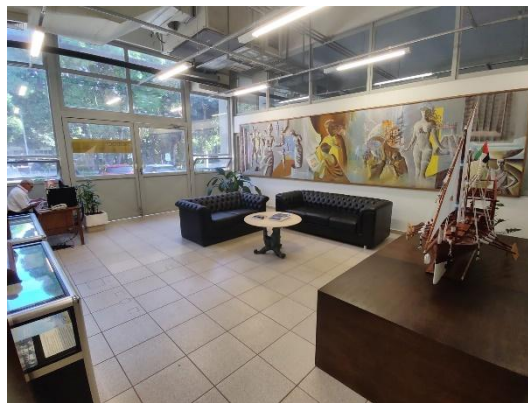


Figura 86 - Recepção da Coordenação de Arquivo
- 2024

Antigo Bloco 6 da Gráfica



SENADO FEDERAL



Figura 87 - Bloco 14 - 2018



Figura 88 - Bloco 14 - 2018

68. Edificação projetada e construída em etapas. Os primeiros 11 módulos a oeste foram projetados por Ayrton José Abritta, da equipe do Centro Gráfico do Senado Federal, para serem garagem e posto de lubrificação de veículos. Esse projeto foi apresentado ao GDF, para licenciamento, em março de 1976, e já se encontrava concluído e em uso em outubro do mesmo ano (Processo 010-702-76 – GDF). Em 1980, a área construída já havia sido dobrada (Fotos áreas Geoportal).

69. Em 1991, desenvolveu-se projeto para adaptação do edifício para uma unidade hospitalar, mas esse projeto não foi executado. Em 1995, solicitou-se Habite-se do edifício existente. O pedido foi analisado, mas aparentemente o habite-se não foi emitido, pois não consta do processo (Processo s/nº do GDF, anexado ao processo 016-396-66 – GDF).

70. Ao longo do tempo, com uma série de reformas pontuais, passou a abrigar também arquivos e, em mezaninos, escritórios – SETRAN, SEMAIN, SEDARQ. Também foram construídas duas coberturas metálicas suplementares – para abrigado de ônibus e para resolver problemas de infiltração de água. Hoje, apresenta quantidade considerável de áreas não-ocupadas. Por esse motivo, e no âmbito da Centralização Administrativa ora em curso, a Secretaria de Infraestrutura planeja desenvolver projetos para ocupar o prédio com escritórios, transferindo as oficinas remanescentes para o COTRAN.

71. Tem como solução de impermeabilização telhas trapezoidais de amianto. Investigação do Serviço de Manutenção Civil - SEMAC indicou que o trecho do antigo Bloco 6 foi impermeabilizado com butil e proteção mecânica de 2,5 cm. Não há indícios de proteção



SENADO FEDERAL

térmica nesse trecho da cobertura nem de camada de regularização sobre o concreto estrutural. Foi verificado ainda que o caimento para águas pluviais ocorre no sentido das bordas da laje para dentro, caimento aparentemente dado na própria concepção da estrutura.

72. Face a rachaduras identificadas no piso ao longo dos anos, o Contrato 0159/2024 foi firmado para prover reforço estrutural e de fundação nessa porção do edifício, a um custo total de R\$ 4.599.000,00. O reforço teve como base laudos e projetos elaborados no âmbito do Contrato 0038/2023, que custaram R\$ 59.889,00.



Figura 89 - Núcleo de Inovação - 2025



Figura 90 - Núcleo de Inovação - 2025

73. O Bloco 14 possui 12 Sanitários, 09 Copa e 09 conjuntos de áreas molhadas que, em planta, apresentam copa e sanitários contíguos, conforme levantamento de 2023.



Figura 91 - Mezanino - 2025

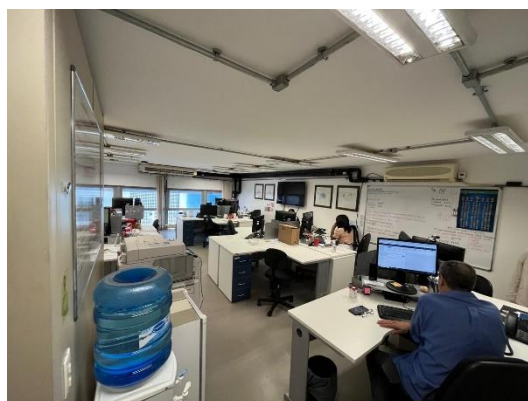


Figura 92 - Mezanino - 2025



SENADO FEDERAL

Bloco 15



Figura 93 - Bloco 15 - 2018



Figura 94 - Bloco 15 - 2018

74. Construído entre 2010 e 2011, com projeto do arquiteto Ivaldo Roland Filho, pela Construtora SQUADRA (Contrato 0097/2010) ao custo total de R\$ 1.612.939,76. No térreo, conta com 3 áreas para restaurantes e 1 lanchonete, concedidas à exploração privada, além de espaço para refeições com mesas e cadeiras. No mezanino, conta com espaço para refeições e sanitários.

75. Através do Contrato 0096/2020 foi reformado o térreo para instalação de restaurante self-service, ao custo de R\$ 367.556,43. O contrato 0005/2022 foi responsável pela execução de reforço estrutural, instalação de plataforma elevatória, e substituição dos guarda-corpos, entre outras ações de melhoria na edificação, no valor total de R\$ 1.012.449,43.

76. O Bloco 15 possui 01 Sanitário, 02 Copas e 02 conjuntos de áreas molhadas que, em planta, apresentam copa e sanitários contíguos, conforme levantamento de 2023.



SENADO FEDERAL



Figura 95 - Mezanino - 2024

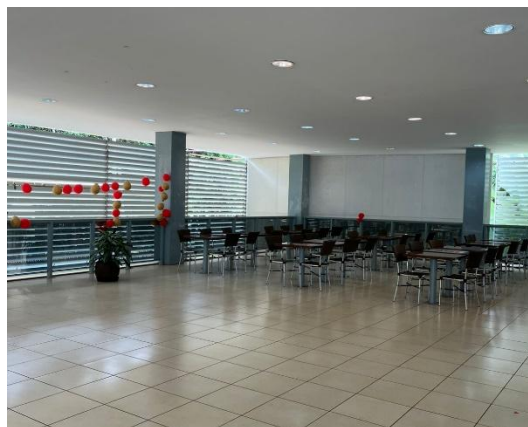


Figura 96 - Mezanino - 2024

Bloco 16



Figura 97 - Bloco 16 - 2018



Figura 98 - Bloco 16 - 2018

77. Projeto desenvolvido para o Senado Federal pelo arquiteto Álvaro Abreu e pela arquiteta Marisa R. Setúbal, para armazenamento de bens (depósitos de diversas secretarias) e para serviços de apoio à Secretaria de Engenharia (serralheria e marcenaria). Em 17 de novembro de 1987, o projeto foi apresentado ao GDF, tendo sido aprovado em 04 de abril de 1988 (Processo 110-001-173-87 GDF).

78. Edificação inaugurada em 1988. Ao longo do tempo, passou a abrigar usos administrativos, a exemplo da SIS, SADCON, STI-Prodasen, SIDOC e outras, o que implicou na realização de reformas pontuais em cada uma dessas áreas, como instalação de novas



SENADO FEDERAL

esquadrias, tratamento térmico da cobertura e novo sistema de iluminação. Em 2011, foi contratado projeto para reforma da área então ocupada pelo SIS. Entretanto, com a transferência das atividades do SIS para o Bloco 17, o projeto precisou ser revisto.

79. O Bloco 16 possui 05 Sanitários e 01 conjunto de áreas molhadas que, em planta, apresentam copa e sanitários contíguos, conforme levantamento de 2023.



Figura 99 - Almojarifado - Mezanino - 2025

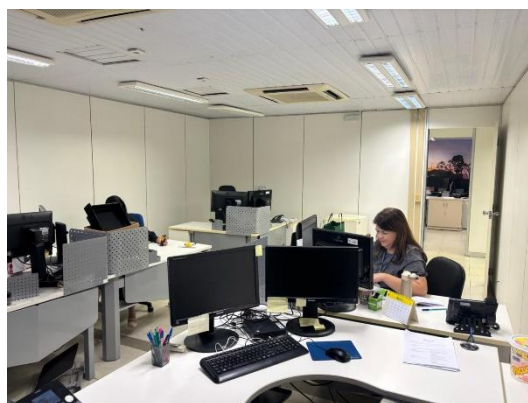


Figura 100 - Escritório - Mezanino - 2025

Bloco 17



Figura 101 - Bloco 17 - 2018



Figura 102 - Bloco 17 - 2018

80. Edificação inaugurada em 1995, com projeto desenvolvido internamente no Senado Federal. Desde esse ano, nela funcionou a Secretaria de Assistência Médica e Social do Senado Federal. Em 2012, passou por uma reforma em sua cobertura metálica.



SENADO FEDERAL

81. Em 2012, foi contratada a construção de cobertura de ambulância, reforma da sala de limpeza, instalações de portões de acesso na garagem privativa e reforma do telhado (CT 0012/2012), por R\$ 390.857,56.

82. Em 2013, com incorporação da SSIS ao SAMS e a extinção do atendimento ambulatorial, teve parte de sua área de consultórios adaptada para uso pelo SSIS. O outro trecho da edificação foi adaptado para receber áreas administrativas oriundas do edifício Anexo 1, como parte da estratégia para se ampliar as áreas destinadas a gabinetes parlamentares. Nesse espaço, foi instalada a SAFIN.

83. Em 2024, o sistema de climatização central do edifício foi substituído por aparelhos unitários do tipo “split” (Contrato 0065/2024), ao custo de R\$ 356.996,88, após o fracasso da interligação da tubulação de água gelada entre a CAG-1 e o Bloco 17 (Contrato 0068/2021), que teria custado R\$ 190.088,37. Em 2025, parte da área utilizada pela SAFIN foi reformada para abrigar um espaço de “coworking” (Contrato 0161/2024), a um custo total de R\$ 489.842,15.

84. O Bloco 17 possui 66 Sanitários, 3 Copas e 02 conjuntos de áreas molhadas que, em planta, apresentam copa e sanitários contíguos, conforme levantamento de 2023.

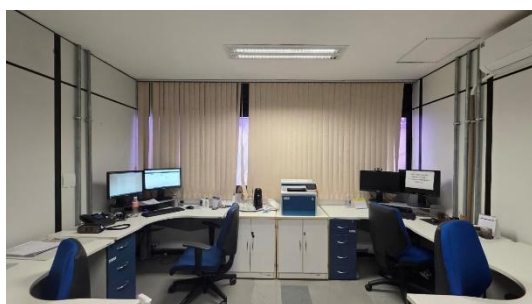


Figura 103 - Escritório - Ala Superior - 2025



Figura 104 - Coworking - Ala Inferior - 2025



SENADO FEDERAL

Bloco 18



Figura 105 - Bloco 18 - 2018



Figura 106 - Bloco 18 - 2018

85. Edificação inaugurada em 2005, com projeto desenvolvido no próprio Senado Federal, para apoio às equipes terceirizadas, e destinada a atividades de ocupação não-contínua, como vestiários, depósitos e copas. Gradualmente absorveu atividades de ocupação prolongada, como escritórios administrativos, o que se mostra incompatível com as características arquitetônicas existentes – a exemplo da ausência de forros, de condicionamento central de ar, de ventilação e iluminação naturais em alguns ambientes etc.

86. O Bloco 18 possui 03 Sanitários, conforme levantamento de 2023.



Figura 107 - Vestiário - 2025



Figura 108 - Escritório - 2025



SENADO FEDERAL

Bloco 19



Figura 109 - Bloco 19 - 2018



Figura 110 - Bloco 19 - 2018

87. O Bloco 19 possui 2 Sanitários, 1 Copa e 1 conjunto de áreas molhadas que, em planta, apresentam copa e sanitários contíguos, conforme levantamento de 2023.

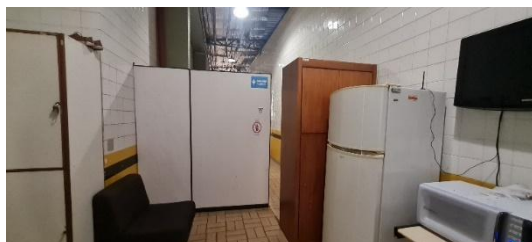


Figura 111 - Copa - 2025



Figura 112 - Galpão - 2024



SENADO FEDERAL

Bloco 20



Figura 113 - Bloco 20 - 2024



Figura 114 - Bloco 20 - 2024

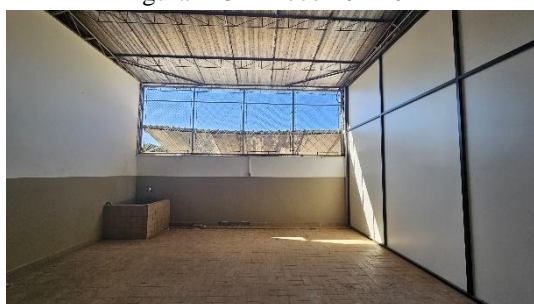


Figura 115 - Bloco 20 - 2024

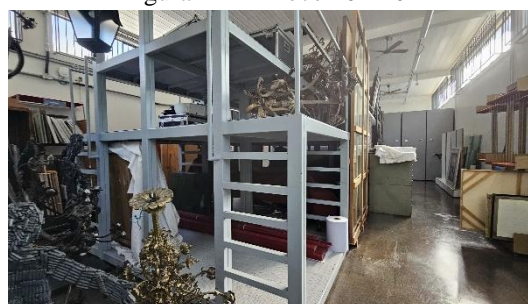


Figura 116 - Bloco 20 - 2024

88. O Bloco 20 possui 1 Sanitário e 1 Copa, conforme levantamento de 2023.

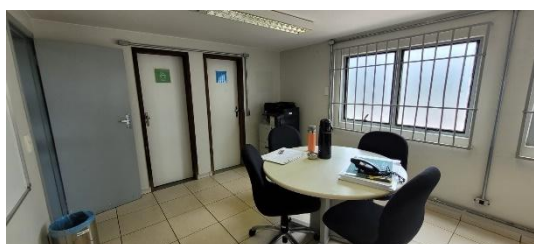


Figura 117 - Copa e Banheiro - Térreo - 2024



Figura 118 - Escritório - Mezanino - 2024



SENADO FEDERAL

Bloco 21 – “Viveiro”



Figura 119 - Bloco 21 - 2018



Figura 120 - Bloco 21 - 2018

89. Edificação construída em 2010, com projeto elaborado em 2007 por Mário Hermes Stanziona Viggiano, então consultor técnico do Programa Senado Verde, iniciativa institucional que posteriormente deu lugar ao atual Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCAS). Viggiano foi também o gestor da obra, executada pela empresa ENGEMIL (contrato 0084/2009) ao custo total de R\$ 329.005,74.

90. Mariângela Cascão, coordenadora do programa Senado Verde em 2007, informa no Ofício 001/Senado Verde que se trata de “pequena edificação, totalmente ecológica e auto-sustentável [...]”. Informa também que a “construção do viveiro de plantas, com baixíssimos custos, poderá servir de parâmetro para outros projetos totalmente ecológicos e auto-sustentáveis”, mostrando “o empenho do Senado Federal em utilizar mecanismos de eficiência energética, reuso e baixo impacto ambiental em suas construções.”

91. A construção do Viveiro envolveu a utilização da terra escavada no local para a fabricação dos tijolos que serviram para execução da alvenaria de vedação e do revestimento do piso da edificação. Também foram previstas tecnologias passivas de climatização e iluminação, no sentido de diminuir o gasto energético da edificação. A cobertura do edifício, por exemplo, foi prevista em telhas metálicas com enchimento de poliuretano, conhecidas como “telhas sanduíche”, que retardam a entrada de calor na edificação.

92. O Viveiro do Senado Federal foi originalmente utilizado como área de apoio à produção de plantas ornamentais ao Complexo Arquitetônico do Senado Federal. Não previa em suas



SENADO FEDERAL

instalações as infraestruturas necessárias ao trabalho administrativo contínuo. A instalação de pontos de telecomunicação, desenvolvida através da tarefa #47858, e efetivada através do Contrato 0065/2018 ao custo total de R\$ 63.018,44, não pressupunha a instalação de uma base de trabalho administrativo permanente, na medida em que se sabia das dificuldades de acessibilidade, iluminação, e outras restrições existentes pelas características próprias do edifício e por sua construção.

93. O Bloco 21 possui 1 Sanitário e 1 Copa, conforme levantamento de 2023.



Figura 121 - Sala - 2024



Figura 122 - Estufa - 2024



SENADO FEDERAL

Residência Oficial da Presidência do Senado Federal



Figura 123 - Entrada Social - 2025

94. A Residência Oficial da Presidência do Senado Federal está localizada no Lago Sul, na QL 12, Conjunto 11. Conta com 4 dormitórios privativos (dois deles suíte), um escritório, dois sanitários, um lavabo, duas salas de jantar (uma íntima e outra cerimonial) e uma sala de estar, para uso de ocupante da Presidência do Senado Federal. Conta ainda com uma cozinha, uma copa, 3 dormitórios e 4 sanitários para a equipe de apoio, garagem coberta para dois veículos, piscina, churrasqueira, quadra poliesportiva e acesso ao lago Paranoá. Estende-se por 979,67 m² de área construída, em um terreno de 5.000 m².

95. Segundo registro da Secretaria de Patrimônio da União - SPU, o imóvel teve início de utilização em 1983, período em que possivelmente já estava sob a responsabilidade do Senado Federal.

96. A Residência Oficial da Presidência do Senado Federal possui 10 Sanitários e 01 Copa/Cozinha, conforme levantamento de 2023.



SENADO FEDERAL



Figura 124 - Varanda - 2025



Figura 125 - Sala íntima - 2025



Figura 126 - Entrada Social - 2025



SENADO FEDERAL

SQS 309 - Bloco C



Figura 127 - Bloco C - SQS 309 - 2018

97. O Bloco C, juntamente com o Bloco G, foi projetado pelo arquiteto Eduardo Negri, na década de 1960, que foi chefe da Divisão de Arquitetura da Caixa Econômica Federal (CEF) em Brasília entre 1962 e 1972. Foi encomendado pela CEF e construído pela empresa Stecca S.A. Sua inauguração ocorreu em 28 de junho de 1972. Seus 48 apartamentos têm 237,60m² cada, e o bloco conta com 4 prumadas que dão acesso aos seus 6 pavimentos e sua garagem subterrânea. Originalmente, cada apartamento contava com 1 Sala, 4 dormitórios, vestíbulo, circulação, lavabo, 2 sanitários, closet, copa, cozinha, área de serviço e 2 dependências de serviço.

98. A decisão de aquisição das projeções e construção dos edifícios do Senado Federal na SQS 309 foi tomada pela Comissão Diretora em 14/04/1970, presidida pelo Senador João Cleofas, então Presidente do Senado Federal. A mesma comissão decidiu que seria firmado convênio com a CEF para essa construção.

99. Entre as principais intervenções tidas no edifício, destaca-se a instalação de telas de arame galvanizado junto à fachada com elementos vazados (Contrato 0128/2011), ao custo total para os 3 Blocos de R\$ 77.997,60, a reforma geral dos pilotis (Contrato 0105/2012), ao custo de R\$ 822.995,31 nos três blocos, e a substituição das esquadrias em aço por esquadrias em alumínio (Contrato 0049/2022), ao custo total de R\$ 8.393.256,46, para os três blocos.



SENADO FEDERAL

Tabela 7 - Apartamentos no Bloco C - SQS 309

Apartamento	Área Total	Obs.
Apartamento 101	237,60m ²	
Apartamento 102	237,60m ²	
Apartamento 103	237,60m ²	
Apartamento 104	237,60m ²	
Apartamento 201	237,60m ²	
Apartamento 202	237,60m ²	Cedido ao STJ
Apartamento 203	237,60m ²	Cedido ao STJ
Apartamento 204	237,60m ²	
Apartamento 301	237,60m ²	
Apartamento 302	237,60m ²	
Apartamento 303	237,60m ²	Cedido ao TRF1
Apartamento 304	237,60m ²	Cedido ao STJ
Apartamento 401	237,60m ²	
Apartamento 402	237,60m ²	
Apartamento 403	237,60m ²	
Apartamento 404	237,60m ²	
Apartamento 501	237,60m ²	
Apartamento 502	237,60m ²	
Apartamento 503	237,60m ²	
Apartamento 504	237,60m ²	Cedido ao STJ
Apartamento 601	237,60m ²	
Apartamento 602	237,60m ²	
Apartamento 603	237,60m ²	
Apartamento 604	237,60m ²	

100. O Bloco C na SQS 309 possui 26 Sanitários e 24 conjuntos de áreas molhadas que, em planta, apresentam copa e sanitários contíguos, conforme levantamento de 2023.



SENADO FEDERAL



Figura 128 - Sala - Apartamento 302 - 2023



Figura 129 - Cozinha - Apartamento 101 - 2022

SQS 309 - Bloco G



Figura 130 - Bloco G - SQS 309 - 2018

101. O Bloco G, juntamente com o Bloco C, foi projetado pelo arquiteto Eduardo Negri, na década de 1960, que foi chefe da Divisão de Arquitetura da Caixa Econômica Federal (CEF) em Brasília entre 1962 e 1972. Foi encomendado pela CEF e construído pela empresa Stecca S.A. Sua inauguração ocorreu em 28 de junho de 1972. Seus 48 apartamentos têm 237,60m² cada, e o bloco conta com 4 prumadas que dão acesso aos seus 6 pavimentos e sua garagem subterrânea. Originalmente, cada apartamento contava com 1 Sala, 4 dormitórios, vestíbulo, circulação, lavabo, 2 sanitários, closet, copa, cozinha, área de serviço e 2 dependências de serviço.



SENADO FEDERAL

102. A decisão de aquisição das projeções e construção dos edifícios do Senado Federal na SQS 309 foi tomada pela Comissão Diretora em 14/04/1970, presidida pelo Senador João Cleofas, então Presidente do Senado Federal. A mesma comissão decidiu que seria firmado convênio com a CEF para essa construção.

103. Entre as principais intervenções tidas no edifício, destaca-se a instalação de telas de arame galvanizado junto à fachada com elementos vazados (Contrato 0128/2011), ao custo total para os 3 Blocos de R\$ 77.997,60, a reforma geral dos pilotis (Contrato 0105/2012), ao custo de R\$ 822.995,31 nos três blocos, e a substituição das esquadrias em aço por esquadrias em alumínio (Contrato 0049/2022), ao custo total de R\$ 8.393.256,46, para os três blocos.

Tabela 8 - Apartamentos no Bloco G - SQS 309

Apartamento	Área Total	Obs.
Apartamento 101	237,60m ²	
Apartamento 102	237,60m ²	
Apartamento 103	237,60m ²	
Apartamento 104	237,60m ²	
Apartamento 201	237,60m ²	
Apartamento 202	237,60m ²	Cedido ao STJ
Apartamento 203	237,60m ²	Cedido a Câmara dos Deputados
Apartamento 204	237,60m ²	Cedido ao STJ
Apartamento 301	237,60m ²	
Apartamento 302	237,60m ²	
Apartamento 303	237,60m ²	
Apartamento 304	237,60m ²	Cedido ao TCU
Apartamento 401	237,60m ²	Cedido ao TCU
Apartamento 402	237,60m ²	
Apartamento 403	237,60m ²	
Apartamento 404	237,60m ²	
Apartamento 501	237,60m ²	Cedido ao STJ
Apartamento 502	237,60m ²	Cedido ao STJ



SENADO FEDERAL

Apartamento 503	237,60m ²	
Apartamento 504	237,60m ²	
Apartamento 601	237,60m ²	
Apartamento 602	237,60m ²	Cedido a Câmara dos Deputados
Apartamento 603	237,60m ²	
Apartamento 604	237,60m ²	

104. O Bloco G na SQS 309 possui 27 Sanitários, 01 Copa e 25 conjuntos de áreas molhadas que, em planta, apresentam copa e sanitários contíguos, conforme levantamento de 2023.



Figura 131 - Escritório - Apartamento 303 - 2024



Figura 132 - Suíte - Apartamento 402 - 2025

SQS 309 - Bloco D



Figura 133 - Bloco D - SQS 309 - 2018



Figura 134 - Bloco D - SQS 309 - 2018

105. O Bloco D foi projetado pelo arquiteto Eduardo Negri, na década de 1960, que foi chefe da Divisão de Arquitetura da Caixa Econômica Federal (CEF) em Brasília entre 1962 e 1972.



SENADO FEDERAL

Foi encomendado pela CEF e construído pela empresa Stecca S.A. Seus 24 apartamentos têm 237,60m² cada, e o bloco conta com 2 prumadas que dão acesso aos seus 6 pavimentos e sua garagem subterrânea. Originalmente, cada apartamento contava com 1 Sala, 4 dormitórios, vestíbulo, circulação, lavabo, 2 sanitários, closet, copa, cozinha, área de serviço e 2 dependências de serviço¹.

106. A decisão de aquisição das projeções e construção dos edifícios do Senado Federal na SQS 309 foi tomada pela Comissão Diretora em 14/04/1970, presidida pelo Senador João Cleofas, então Presidente do Senado Federal. A mesma comissão decidiu que seria firmado convênio com a CEF para essa construção.

107. Entre as principais intervenções tidas no edifício, destaca-se a instalação de telas de arame galvanizado junto à fachada com elementos vazados (Contrato 0128/2011), ao custo total para os 3 Blocos de R\$ 77.997,60, a reforma geral dos pilotis (Contrato 0105/2012), ao custo de R\$ 822.995,31 nos três blocos, e a substituição das esquadrias em aço por esquadrias em alumínio (Contrato 0049/2022), ao custo total de R\$ 8.393.256,46, para os três blocos.

Tabela 9 - Apartamentos no Bloco D - SQS 309

Apartamento	Área Total	Obs.
Apartamento 101	237,60m ²	
Apartamento 102	237,60m ²	
Apartamento 103	237,60m ²	Cedido ao STJ
Apartamento 104	237,60m ²	
Apartamento 201	237,60m ²	
Apartamento 202	237,60m ²	Cedido ao TCU
Apartamento 203	237,60m ²	Cedido ao STJ
Apartamento 204	237,60m ²	
Apartamento 301	237,60m ²	
Apartamento 302	237,60m ²	
Apartamento 303	237,60m ²	
Apartamento 304	237,60m ²	
Apartamento 401	237,60m ²	



SENADO FEDERAL

Apartamento 402	237,60m ²	
Apartamento 403	237,60m ²	Cedido ao STF
Apartamento 404	237,60m ²	Cedido a Câmara dos Deputados
Apartamento 501	237,60m ²	
Apartamento 502	237,60m ²	
Apartamento 503	237,60m ²	
Apartamento 504	237,60m ²	
Apartamento 601	237,60m ²	
Apartamento 602	237,60m ²	
Apartamento 603	237,60m ²	
Apartamento 604	237,60m ²	

108. O Bloco D na SQS 309 possui 26 Sanitários, 2 Copas e 24 conjuntos de áreas molhadas que, em planta, apresentam copa e sanitários contíguos, conforme levantamento de 2023.



Figura 135 - Sala - Apartamento 301 - 2023



Figura 136 - Cozinha - Apartamento 202 - 2024



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

CONCORRÊNCIA Nº 90004/2026 – UASG 020001

(Processo nº 00200.009147/2025-75)

ANEXO 5

DIRETRIZES DE MODELAGEM BIM

**OBS: O ARQUIVO SERÁ DISPONIBILIZADO NO SISTEMA COMPRAS.GOV
JUNTO AO EDITAL.**



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

CONCORRÊNCIA Nº 90004/2026 – UASG 020001

(Processo nº 00200.009147/2025-75)

ANEXO 6

MODELO DE DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO

DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO

Titular: _____, brasileiro____, RG____, CPF_____.

Substituto(s): _____, brasileiro____, RG____, CPF_____.

A empresa _____, sediada/filial na [endereço], Brasília-DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], neste ato representada por seu Diretor-Presidente, abaixo assinado, nomeia e constitui como seus Prepostos os funcionários acima qualificados, para bem representá-la perante o Senado Federal no âmbito do Contrato nº ____/20____, durante todo o período de vigência contratual e prorrogações legais, se houver.

Nos eventuais impedimentos ou ausências do Preposto Titular, a representação será realizada pelo(s) Preposto(s) Substituto(s).

Os Prepostos acima designados têm poderes bastantes e suficientes para receber e enviar – sempre por escrito – comunicações, notificações, reclamações e outros documentos, reportar-se à Fiscalização do Contrato sempre que necessário, debater assuntos administrativos e contratuais, concordar, discordar, transigir, desistir, firmar compromissos, assinar e rubricar atas, comunicações e outros documentos, recorrer de qualquer instância administrativa, entregar documentos, requerer informações e providências, formular solicitações, registrar e controlar a assiduidade e a pontualidade dos ocupantes dos postos de trabalho e orientá-los no que couber, providenciar os livros de ocorrências e mantê-los permanentemente atualizados, requer internamente à empresa a adoção das providências que se façam necessárias para a plena execução contratual e para a correção das falhas detectadas, podendo, enfim, praticar todos os atos necessários e implícitos ao fiel, pleno e perfeito desempenho da presente designação.

Brasília-DF, ____ de _____ de 20____.

Diretor-Presidente da empresa



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

CONCORRÊNCIA Nº 90004/2026 – UASG 020001

(Processo nº 00200.009147/2025-75)

ANEXO 7

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/____

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO por intermédio do SENADO FEDERAL e, do outro, _____, objetivando a **prestação de serviço especializado de arquitetura e engenharia para a elaboração, sob demanda, de levantamentos, estudos preliminares e projetos executivos de readequações físicas e reformas nas edificações do Complexo Arquitetônico do Senado Federal – CASF.**

A **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, _____, e _____, com sede na _____, telefone nº (____) _____ e _____, CNPJ-MF nº _____ / ____-____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, CI. _____, expedida pela __, CPF nº _____, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de CONCORRÊNCIA nº ____/20____, homologada pela Senhora Diretora-Geral, documento digital nº _____ do Processo nº 00200.009147/2025-75, incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, documento digital nº _____, a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal, e dos Atos da Diretoria-Geral nº 14 de 2022 e 15 de 2022, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a **prestação de serviço especializado de arquitetura e engenharia para a elaboração, sob demanda, de levantamentos, estudos preliminares e projetos executivos de readequações físicas e reformas nas edificações do Complexo Arquitetônico do Senado Federal - CASF**, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato e do edital.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

I - manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

II - responsabilizar-se pela execução dos serviços descritos conforme as diretrizes e especificações estabelecidas neste contrato, no edital e em seus anexos;

III - observar as disposições e especificações contidas neste contrato, no edital e em seus anexos, devendo atendê-las em sua plenitude, cabendo a aplicação de penalidades contratuais no descumprimento de quaisquer dos seus itens, conforme estabelecido na Cláusula Décima Primeira;

IV - comprovar o registro dos serviços e de todos os membros da Equipe Técnica Principal (engenheiros e arquitetos), junto ao CREA-DF ou ao CAU-DF, por meio da apresentação das notações ou Registros de Responsabilidade Técnica correspondentes;

V - entregar toda a documentação em formatos eletrônico e impresso, inclusive após revisões;

VI - garantir a perfeita compatibilidade com os projetos de arquitetura, de estrutura e de instalações no que envolver aspectos estéticos e funcionais, facilidade de manutenção e controle de todo o sistema;

VII - tomar conhecimento dos planos de manutenção da edificação e peças de reposição disponíveis, ao especificar os sistemas elétricos, de telecomunicações, de ar-condicionado, de exaustão, hidráulicos, sanitários, de acessibilidade universal e de prevenção e combate a incêndio, de forma a otimizar o aproveitamento dos materiais instalados e em estoque;

VIII - apresentar, após a conclusão de cada Ordem de Serviço, a fatura/nota fiscal, que somente será encaminhada para pagamento após o atesto do gestor do contrato quanto à qualidade e pertinência dos produtos entregues.

- a.** O atesto do gestor quanto à conclusão da Ordem de Serviço está vinculado à entrega de toda a documentação, sanados todos os vícios e feitas todas as correções necessárias, em formatos eletrônico e impresso.

IX - comparecer às reuniões marcadas pela FISCALIZAÇÃO no Complexo Arquitetônico do SENADO;

X - responder, em até 2 (duas) horas, a quaisquer comunicações realizadas pelos sistemas informáticos institucionais do SENADO (comunicações via e-mail. Microsoft Teams, sistema REDMINE, ou quaisquer outros que venham a substituir ou acrescentar-se a esses sistemas);

XI - reparar, quando solicitado, sem quaisquer ônus para o SENADO, eventuais equívocos, imperfeições ou ausência de detalhes mesmo que esses não sejam detectados na ocasião da entrega e aprovação dos documentos elaborados pela CONTRATADA;



SENADO FEDERAL

XII - obedecer às diretrizes estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e por outros órgãos competentes nas consultas realizadas a esses órgãos;

XIII - manter o endereço de correspondência e demais meios de comunicação telemática (perfil no Microsoft Teams, no sistema Redmine, etc.) atualizados;

XIV - designar por escrito, em até 15 (quinze) dias corridos contados da data de assinatura do contrato, os funcionários que deverão atender ao SENADO, fornecendo números de telefone e endereços de e-mail para contato;

XV - fornecer previamente ao SENADO e manter atualizada durante toda a execução contratual relação contendo nome, números de telefone, número do RG, data de expedição do RG e número do CPF dos profissionais que terão acesso ao SENADO;

XVI - fornecer previamente ao SENADO relação dos veículos da CONTRATADA que poderão ter acesso ao Complexo Arquitetônico do SENADO, para registro e autorização de entrada pela Secretaria de Polícia Legislativa - SPOL, informando os respectivos dados de identificação (marca, modelo, cor, placa);

XVII - obedecer, na realização dos serviços contratados, além das especificações constantes neste contrato, edital e seus anexos, as seguintes normas e disposições:

- a. Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) específicas, aplicáveis direta ou subsidiariamente, que regulem os meios de proteção e sistemas, suas composições e características, bem como os serviços demandados neste contrato, no edital e em seus anexos;
- b. Disposições legais da União e do Governo do Distrito Federal;
- c. Normas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;
- d. Regulamentos das empresas concessionárias;
- e. Prescrições e recomendações dos fabricantes de peças e/ou equipamentos;
- f. Normas internacionais consagradas, na falta de previsão específica nas normas da ABNT; e
- g. Recomendações, ensaios de qualidade e instruções do Inmetro;

XVIII - comunicar-se diretamente com os gestores do contrato, sempre por escrito;

XIX - comprovar por meio de documentação própria, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data de assinatura do contrato, o pagamento das licenças, taxas e despesas que envolvam os serviços;

XX - providenciar, às próprias custas, a execução de toda a sinalização (placas, cavaletes, faixas, tapumes) necessária para informar sobre:

- a. Transtornos da execução dos serviços; e
- b. Rotas alternativas de trânsito dos servidores para evitar áreas de maior risco de acidentes;



SENADO FEDERAL

XXI - responsabilizar-se por qualquer acidente que porventura ocorra na falta ou deficiência de sinalização referente aos serviços;

XXII - abster-se de causar transtornos ou interrupção ao fornecimento das infraestruturas oferecidas pelos sistemas hidráulico, sanitário, elétrico, de redes de dados, de prevenção e combate a incêndio e pânico, de condicionamento de ar e exaustão.

a. Serviços que possam causar transtornos como esses deverão ser objeto de solicitação de agendamento conforme o Anexo 2.

XXIII - prover sua equipe técnica com todo o ferramental, Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPCs necessários à perfeita execução dos serviços; e

XXIV - acompanhar direta e continuamente sua equipe de trabalho e fazer cumprir a determinação de uso obrigatório dos EPIs e EPCs.

XXV - apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

XXVI - efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;

XXVII - manter, durante a realização de serviços nas dependências do SENADO, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;

XXVIII - manter preposto para este contrato, que irá representá-la sempre que for necessário.

XXIX - ceder os direitos autorais de todos os projetos, documentos, soluções e outras obras relacionadas ao objeto deste contrato e elaborado em razão de sua celebração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo se houver autorização específica do SENADO.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

PARÁGRAFO QUINTO – A CONTRATADA deverá dispor de Equipe Técnica Principal, detentora de conhecimentos técnicos relativos aos serviços que a CONTRATADA venha a prestar ao SENADO.

I - Devem ser apresentadas as respectivas certidões de registro junto ao CREA ou CAU dos profissionais indicados pela empresa ainda na fase de habilitação;



SENADO FEDERAL

II - Devem ser apresentadas ainda a(s) respectiva(s) comprovação(ões) de vínculo, que deverá(ão) ser feita(s) por meio de apresentação de cópia original ou autenticada de contrato de trabalho, contrato provisório de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social da CONTRATADA (no caso de sócio ou gerente);

III - Pode ainda ser apresentada declaração de contratação futura do responsável técnico, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

PARÁGRAFO SEXTO – A equipe a que se refere o Parágrafo Quinto será formada pelos responsáveis técnicos pela execução dos trabalhos, devendo supervisionar e participar pessoal e diretamente da execução dos serviços contratados, e esclarecer eventuais questões observadas pelos Gestores e Fiscais do contrato, presencialmente ou à distância, inclusive durante o período de garantia.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Essa equipe deverá conter, no mínimo, os seguintes profissionais, devidamente registrados nos respectivos conselhos profissionais:

I - Um (01) profissional com formação em Arquitetura e Urbanismo;

II - Um (01) profissional com formação em Engenharia Civil;

III - Um (01) profissional com formação em Engenharia Mecânica; e

IV - Um (01) profissional com formação em Engenharia Elétrica.

PARÁGRAFO OITAVO – Cada um dos profissionais citados no Parágrafo Sétimo desta cláusula deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica Profissional conforme especificado no item 11.3.1.2 do edital;

PARÁGRAFO NONO - A substituição de qualquer dos membros da Equipe Técnica Principal da CONTRATADA dependerá da aquiescência formal do gestor deste contrato quanto ao substituto, que deverá possuir, no mínimo, as mesmas qualificações técnicas exigidas na habilitação da CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A cada Ordem de Serviço, a CONTRATADA deverá apresentar, em até 10 (dez) dias corridos, após o seu recebimento, a Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT) relativa aos serviços solicitados, devidamente registrada no conselho profissional pertinente (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU), em nome dos membros da Equipe Técnica Principal cujas especialidades estejam envolvidas na Ordem de Serviço.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Todos os membros da Equipe Técnica Principal deverão figurar como Responsáveis Técnicos em todas as ART's e RRT's referentes aos serviços executados no âmbito do contrato, conforme as especificidades requeridas na Ordem de Serviço atendida.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Todos os Responsáveis Técnicos deverão assinar todas as peças que compõem os projetos específicos (peças gráficas, planilhas, memoriais, manuais e outros), indicando o número de inscrição e de registro das Anotações ou Registros de Responsabilidade Técnicas (ARTs ou RRTs), de acordo com a Lei nº 6496/77 e 12.378 de 2010.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Conforme sua proposta técnica, a CONTRATADA poderá contar com uma Equipe Técnica Complementar, com profissionais de apoio com a mesma formação da Equipe Técnica Principal.

I - No caso de a CONTRATADA formular Proposta Técnica com Equipe Técnica Complementar, esta deverá apresentar os documentos descritos no subitem 11.3.1.2 do edital para cada um dos profissionais da Equipe Técnica Complementar.

II - No caso de a CONTRATADA formular Proposta Técnica com Equipe Técnica Complementar, esta deverá manter profissionais com as mesmas características técnicas ao longo do Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A CONTRATADA deverá, em até 15 (quinze) dias corridos contados da data de assinatura do contrato, enviar ao gestor a relação de todo quadro técnico que executará o objeto do contrato, incluindo os eventuais funcionários de apoio à Equipe Técnica Principal.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – A CONTRATADA designará formalmente um(a) preposto(a), conforme modelo do Anexo 6, para representá-la frente à Administração, em estrita observância ao Capítulo III do Código Civil Brasileiro (“Dos Prepostos”) e demais regulamentos aplicáveis, com, no mínimo, os poderes indicados no modelo de designação de preposto indicado.

I - Deverá ser comprovada, por meio de documentação (contrato social, atas de assembleia, procurações, etc.), a competência do(a) signatário(a) para delegar poderes aos(as) prepostos(as).

II - A critério da CONTRATADA, o(a) preposto(a) poderá ser indicado(a) simultaneamente como responsável técnico(a).

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – A CONTRATADA responsabilizar-se-á pelo planejamento, controle e transporte de materiais e equipamentos próprios a serem utilizados na elaboração dos trabalhos contratados, de forma a cumprir os prazos fixados neste contrato, edital e seus anexos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – A CONTRATADA deverá dispor de todos os materiais e equipamentos necessários à elaboração dos trabalhos especificados neste contrato, edital e seus anexos, contando com, no mínimo, aqueles indicados no Anexo 2.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - A CONTRATADA não poderá deixar de executar nenhum serviço contratado por alegação de falta de ferramenta ou instrumento de trabalho.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – A CONTRATADA deverá ceder todos os direitos patrimoniais relativos aos projetos e a respectiva documentação associada, para a Administração Pública, hipótese em que poderão ser livremente utilizados e alterados por ela em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização de seu autor, nos termos dos §§1º e 2º, do art. 93, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO – A CONTRATADA não poderá utilizar qualquer dado ou informação (a exemplo de plantas baixas) compartilhado em decorrência da execução



SENADO FEDERAL

contratual para finalidade distinta daquela do objeto da presente contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO – Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO – Os pleitos, reclamações e esclarecimentos formulados pela CONTRATADA deverão ser instruídos pelo SENADO no prazo de 30 (trinta) dias e decididos pela autoridade competente no prazo de até 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação de ambos os prazos caso necessário para o adequado deslinde da matéria.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO – O prazo de instrução referido no Parágrafo Vigésimo Segundo desta cláusula somente terá início após a verificação por parte do Gestor da avença acerca dos pressupostos de admissibilidade do pedido previstos no art. 123 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO – A comunicação entre as partes deverá ser feita prioritariamente por e-mail.

I - Por parte do SENADO, serão utilizados sempre endereços eletrônicos institucionais dos fiscais e gestores do contrato.

II Subsidiariamente, o SENADO poderá comunicar-se por meio de seus sistemas institucionais de gestão e comunicação, como Microsoft Teams, sistema REDMINE e outros que venham a lhes substituir.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO - São obrigações do SENADO, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

I - promover o cumprimento do contrato e documentos relacionados;

II - dirimir eventuais dúvidas da CONTRATADA;

III - recusar qualquer elemento entregue em desacordo com o especificado, fora das condições contratuais ou do bom padrão de qualidade;

IV - determinar à CONTRATADA a substituição de qualquer profissional a ela vinculado, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse da Administração Pública;

V - permitir o acesso dos funcionários da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços;

VI - efetuar os pagamentos devidos, nos termos contratados.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA TERCEIRA - DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O SENADO e a CONTRATADA se obrigam a observar fielmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução do presente Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, nas situações em que houver o compartilhamento de dados pessoais pelo SENADO, compromete-se a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da presente contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o compartilhamento das informações a outras empresas ou pessoas, salvo o decorrente de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento da presente avença.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao SENADO em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

PARÁGRAFO QUINTO – Descumprimentos havidos em razão do uso inadequado ou ilícito em relação aos dados pessoais serão apurados conforme estabelecido neste contrato e nos termos do que dispõem a Seção III, Capítulo VI e o art. 52 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA executará os serviços objeto deste contrato, compreendendo a elaboração e entrega dos produtos descritos neste contrato, no edital e seus anexos, os quais serão solicitados por meio de Ordens de Serviços (OS) específicas.

I - A prestação dos serviços terá início após a emissão da primeira Ordem de Serviço (OS) pelo SENADO, após a assinatura do Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os mecanismos de comunicação entre o SENADO e a CONTRATADA estão estabelecidos no Parágrafo Vigésimo Quarto da Cláusula Segunda.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFOS SEGUNDO – Os serviços serão realizados em Brasília, DF, no Complexo Arquitetônico do SENADO.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A Fiscalização poderá determinar que os serviços sejam realizados aos fins de semana, das 18h de sexta-feira às 8h de segunda-feira, sem qualquer tipo de compensação, sempre que qualquer das seguintes situações esteja configurada:

I - Implicar interdição de áreas;

II - Causar transtornos nas áreas contíguas devido a ruídos, odores etc.

PARÁGRAFO QUARTO – Os serviços abaixo elencados serão solicitados por meio de Ordens de Serviços (OS), conforme a demanda:

I - Levantamentos como construído (“As Built”): Elaboração e fornecimento de levantamento como construído (“As Built”) dos sistemas de Ar-Condicionado e Exaustão, Arquitetura e Obras Cíveis, Elétrica e Telecomunicações e/ou Hidrossanitários.

II - Estudos Preliminares: Elaboração e fornecimento de Estudos Preliminares de Ar-Condicionado e Exaustão, Arquitetura e Obras Cíveis, Elétrica e Telecomunicações, Estruturas e/ou Hidrossanitários para reforma e adaptação de ambiente(s) determinado(s) do CASF.

III - Projetos Executivos: Elaboração e fornecimento de Projetos Executivos de Ar-Condicionado e Exaustão, Arquitetura e Obras Cíveis, Elétrica e Telecomunicações, Estruturas e/ou Hidrossanitários para reforma e adaptação de ambiente(s) determinado(s) do CASF.

PARÁGRAFO QUINTO - As Ordens de Serviço serão emitidas solicitando a realização dos serviços elencados no Parágrafo Quarto desta cláusula, em espaços determinados no CASF, conforme a demanda surgida ao longo da vigência do Contrato.

I - Os prazos máximos de execução de cada Ordem de Serviço, contados a partir da confirmação do recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA, são conforme a tabela a seguir:

Tabela 10 -Prazos máximos de execução de cada Ordem de Serviço

Descrição Sintética da Etapa	Prazo Máximo
Elaboração e fornecimento de Levantamentos como construído (As Built)	6 (seis) dias corridos
Elaboração e fornecimento de Estudos Preliminares	14 (catorze) dias corridos
Elaboração e fornecimento de Projetos Executivos	10 (dez) dias corridos



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEXTO - Cada Ordem de Serviço compreenderá 1 (um) ou mais serviços contratados, conforme listados no Parágrafo Quarto e Quinto, em quantidades compatíveis com os espaços a serem objeto de levantamento, estudo e projeto.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A CONTRATADA deverá estar apta a realizar o atendimento simultâneo de ao menos 20 (vinte) Ordens de Serviços, respeitando inclusive os prazos estabelecidos no parágrafo quinto desta cláusula.

I - A existência de Ordens de Serviços simultâneas para atendimento não poderá ser utilizada como justificativa para o não atendimento dos prazos, devendo a CONTRATADA dispor de equipe, insumos, equipamentos e demais elementos necessários ao atendimento tempestivo das Ordens de Serviços encaminhadas pelo SENADO.

II - A quantidade de 20 (vinte) Ordens de Serviço simultâneas indicada no parágrafo sétimo desta cláusula constitui apenas uma estimativa baseada no histórico de projetos realizados, não representando obrigação do SENADO demandar da CONTRATADA esse número de projetos em paralelo.

PARÁGRAFO OITAVO - Nas Ordens de Serviços em que for necessária realização de consultas e/ou obtenção de aprovações nos órgãos competentes, a contagem de prazo para efeito de multas será suspensa desde a última data de protocolo de toda a documentação necessária para aquela OS junto aos órgãos competentes até a última data de recebimento pela CONTRATADA da documentação final dos órgãos. (em que conste o resultado da consulta e/ou a aprovação necessária, conforme estabelecido para cada etapa no Anexo 2 do edital).

PARÁGRAFO NONO – Adicionalmente, nas Ordens de Serviços mencionadas no Parágrafo Oitavo desta cláusula, quando houver solicitação de correção ou apresentação de projetos e informações complementares por parte dos órgãos competentes, essas informações e/ou documentações deverão ser fornecidas pela CONTRATADA no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, contados da data de recebimento pela CONTRATADA até a data de protocolo da documentação solicitada junto aos órgãos competentes, sendo passível a partir desse prazo das penalidades previstas na Cláusula Décima Primeira.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O prazo para elaboração e entrega dos produtos será contabilizado a cada Ordem de Serviço, sendo contado a partir do dia subsequente à confirmação do recebimento desta, e observadas as penalidades contratuais em caso de atraso.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A cada conjunto de produtos correspondentes a uma Ordem de Serviço entregue pela CONTRATADA, a FISCALIZAÇÃO procederá às análises necessárias e elaborará um relatório em que determinará se a entrega foi aprovada ou não.

I - O critério para aprovação será o atendimento aos requisitos expressos no edital e seus anexos.

II - O relatório será enviado à CONTRATADA, para que efetue as devidas correções.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A CONTRATADA terá um prazo igual a 2 (dois) dias úteis, contados da confirmação de recebimento da correspondência do SENADO, para sanar todos os problemas, fazer todas as correções necessárias e reapresentar ao SENADO os produtos em formatos eletrônico e impresso.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A FISCALIZAÇÃO apenas receberá provisoriamente serviços de cada Ordem de Serviço, como previsto no Parágrafo Vigésimo Primeiro a partir do momento em que todos os produtos entregues pela CONTRATADA relacionadas à Ordem de Serviço atenderem integralmente aos requisitos expressos neste contrato, edital e seus anexos, e não houver mais pendências após análises e reanálises técnicas indicadas nos Parágrafos Décimo Primeiro e Décimo Segundo.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A execução de obras, serviços de instalação, realização dos Testes de Aceitação, comissionamento e *start up* de equipamentos, deverão ser precedidas das Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS).

I - Essas exigências definem os deveres e as responsabilidades da CONTRATADA e estabelecem as orientações e procedimentos concernentes às atividades de Segurança Industrial, Saúde Ocupacional e Proteção ao Meio Ambiente, que devem ser cumpridas, com o objetivo de proteger pessoas, equipamentos e instalações do SENADO e da CONTRATADA, e promover a preservação do Meio Ambiente e a aptidão ao trabalho dos seus empregados, em decorrência da execução dos serviços ora contratados.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – A CONTRATADA deverá atender aos requisitos de Proteção ao Meio Ambiente constantes da Constituição Federal, Leis, Decretos, Portarias, Normas Regulamentadoras, Instruções Normativas e Resoluções nos âmbitos federal, estadual e municipal.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Caberá à CONTRATADA implementar a logística reversa dos materiais, quando aplicável.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – Nenhuma substância deve ser descartada sem prévia análise de suas consequências e impactos ao Meio Ambiente.

I - A Fiscalização deve ser informada com antecedência quando da necessidade de descarte de tais substâncias, bem como quanto aos procedimentos a serem utilizados pela CONTRATADA para atender aos requisitos legais e para prevenir ocorrências anormais, acidentes e impactos indesejados ao meio ambiente.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – Correrá por conta da CONTRATADA o transporte e disposição final de materiais, resíduos, efluentes ou emissões.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - O descarte dos resíduos da construção civil (entulho) deverá seguir as normas e orientações do Comitê Gestor de Resíduos Sólidos da Construção Civil e Resíduos Volumosos do Distrito Federal.

I - A disponibilização de caçambas, o transporte e o descarte deverão ser feitos por empresas credenciadas e conforme as normas vigentes.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - O prazo de garantia do serviço deverá ser de, no mínimo, de 5 (cinco) anos, a contar de cada Ordem de Serviço, aplicando-se de forma individualizada a cada produto entregue.

I - O término da garantia não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades civil e técnica imputadas pelas normativas exaradas pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo,



SENADO FEDERAL

pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, e pelo Código Civil. Isso implica que a CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas necessárias para revisão dos elementos produzidos, tais como deslocamentos, levantamentos, diagnósticos, relatórios, projetos, cadernos de encargos e especificações, planilhas orçamentárias, e manuais, nos pontos que, durante a execução dos serviços contratados com base nestes, mostrem-se falhos ou incompletos.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO – Cada uma das Ordens de Serviço, conforme previsto no Parágrafo Quinto, será recebida, individualmente, após a conclusão dos serviços a ela relacionados:

I – Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento de todas as exigências de caráter técnico; e

II – Definitivamente, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO – O recebimento definitivo de cada Ordem de Serviço constitui condição para a liquidação da despesa e o pagamento dos serviços correspondentes.

I – Ao final do contrato, será emitido termo de recebimento definitivo global, para consolidação do objeto, sem prejuízo dos recebimentos já realizados por Ordem de Serviço.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO – O recebimento provisório ou definitivo pela Administração não eximirá a CONTRATADA e o Responsável Técnico da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falhas, omissões ou incorreções de projetos.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO – São impeditivos para Recebimento Provisório quaisquer falhas nos projetos que impeçam a instalação do procedimento licitatório para a contratação da obra ou serviço.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição de serviços considerados inadequados pelo gestor.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, os valores unitários a seguir, conforme proposta da CONTRATADA, documento digital nº _____, não sendo permitida em nenhuma hipótese a antecipação de pagamentos e o pagamento de serviços não executados ou executados de forma incompleta.



SENADO FEDERAL

Item	Unidade	Quantidade	Especificação	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor total estimado do presente instrumento é de R\$ _____(_____), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O pagamento por cada etapa do objeto, assim entendida como o conjunto de serviços demandados conforme o descrito em cada Ordem de Serviço emitida pelo SENADO, efetuar-se-á por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, condicionado ao termo de recebimento definitivo da respectiva parcela do objeto, conforme o previsto no Parágrafo Vigésimo Primeiro da Cláusula Quarta, e à apresentação da garantia na forma da Cláusula Nona.

I – O pagamento de cada Ordem de Serviço está condicionado à completa entrega da documentação referente, que deverá ser entregue em formatos eletrônicos e impresso, conforme o disposto no Anexo 2 do edital e desde que sanados todos os vícios e feitas todas as correções solicitadas pela fiscalização.

II - O pagamento será efetuado depois da entrega do conjunto de elementos correspondente a uma etapa completa, conforme descrito na respectiva Ordem de Serviço, e verificação da sua conclusão e qualidade.

III - Não serão objeto de faturamento/pagamento eventuais materiais e serviços auxiliares tais como fretes, substituições, embalagens, serviços de terceiros, reimpressões e outros.

IV - A não apresentação da garantia na forma prevista na Cláusula Nona não impede o pagamento do objeto, mas autoriza o SENADO a adotar a medida prevista no Parágrafo Décimo da referida Cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas na Cláusula Décima Primeira.

PARÁGRAFO QUARTO – As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO – Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o



SENADO FEDERAL

prazo constante do Parágrafo Segundo desta Cláusula poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO SEXTO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no Parágrafo Segundo e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP**, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = i / 365 I = 6 / 100 / 365 I = 0,00016438

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

O preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados da data de celebração deste contrato, observada a variação do Índice Nacional de Custo da Construção – Mercado (INCC-M) ou por outro indicador que venha a substituí-lo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O primeiro reajuste levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O arredondamento dos preços reajustados deste contrato reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20, de 2010:

I – Para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais; e

II – Quando a casa decimal imediatamente posterior à definida no Inciso I deste Parágrafo for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/2021.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 249316 e Natureza de Despesa 339039, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho nº ____, de ____ de ____ de 20__.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia destinada a assegurar a plena execução do contrato, no valor de R\$ _____ (_____), correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor anual do contrato, nos termos dos artigos 96 e 98, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, e do valor adicional calculado nos termos do disposto no art. 59, § 5º, da Lei nº 14.133/2021 (caso se verifique a ocorrência da hipótese descrita nesse último dispositivo normativo), a qual poderá ser apresentada em uma das seguintes modalidades:

I – caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II – seguro-garantia; ou

III – fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA deverá efetivar a prestação da garantia e formalizar a entrega do comprovante respectivo, exclusivamente por meio de registro no Serviço de Protocolo Administrativo do Senado Federal endereçado ao Gestor do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do início da vigência contratual, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

I – Quando a CONTRATADA optar pela modalidade prevista no inciso II do *caput*, o prazo para apresentação da garantia será de 1 (um) mês, contado da data da homologação da licitação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A partir do vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período, para renová-la ou complementá-la, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

PARÁGRAFO QUARTO – A garantia será liberada após a execução plena deste contrato no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, de acordo com a legislação em vigor.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUINTO – A garantia a que se refere esta cláusula terá vigência durante todo o prazo de execução do contrato.

PARÁGRAFO SEXTO – O valor da garantia não poderá ser decrescente em função da execução gradual do contrato, nem poderá a garantia estar condicionada a elementos externos à relação entre o SENADO e a CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, deverá assegurar ressarcimento, indenização e pagamento de, no mínimo:

- I** – prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- II** – multas aplicadas pelo SENADO à CONTRATADA;
- III** – prejuízos diretos causados ao SENADO decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA durante a execução do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO – No caso de a CONTRATADA optar pelo seguro-garantia, deverá apresentar cobertura para todos os riscos elencados no Parágrafo Sétimo desta Cláusula, correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

PARÁGRAFO NONO – A CONTRATADA que prestar a garantia na modalidade caução poderá optar pelo seu parcelamento.

- I** – Autorizado pela Administração o parcelamento da garantia na modalidade caução, a empresa contratada poderá optar pela retenção mensal de seus créditos até a integralização do valor correspondente à garantia.
- II** – O parcelamento poderá ser feito em até 5 (cinco) prestações mensais e deverá observar o período de vigência remanescente do contrato, de modo que o valor a ser garantido esteja plenamente integralizado antes do encerramento da avença.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Caso a garantia contratual não seja apresentada de acordo com as exigências previstas nesta cláusula, o SENADO fica autorizado a reter parte do pagamento mensal à CONTRATADA para formação de reserva financeira, em valor equivalente ao da regular garantia contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis.

- I** – As retenções de crédito realizadas pelo Senado Federal para a formação de reserva financeira em valor suficiente para suprir a constituição de garantia contratual regular poderão ser parceladas mediante solicitação da empresa contratada, observado o disposto no Parágrafo Nono.
- II** – Os valores retidos ficarão reservados em conta orçamentária, a título de garantia, e, por esta razão, não serão objeto de qualquer atualização monetária, salvo no caso de a CONTRATADA abrir conta bancária apta a receber depósito caução.
- III** – A liberação dos valores retidos fica condicionada à execução plena do contrato ou à apresentação de garantia idônea por parte da CONTRATADA, nos termos dos incisos I a III do *caput* desta cláusula.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Havendo alteração contratual, a CONTRATADA deverá comunicar o fato e encaminhar à seguradora o respectivo documento que formalize a alteração para fins de emissão do respectivo endosso, devendo a CONTRATADA apresentar ao SENADO, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da formalização da alteração contratual, a comprovação da referida comunicação e a anuência da seguradora, sob pena de multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total remanescente deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será aplicada, cumulativamente, multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, para fins de configuração de “expectativa de sinistro”, o SENADO deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora tão logo ocorra a instauração do processo administrativo sancionatório.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo SENADO com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pela autoridade competente do Senado Federal promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008 e no Ato da Diretora-Geral nº 14 de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste contrato ou no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes penalidades:

- I** – advertência;
- II** – multa;
- III** – impedimento de licitar e contratar; e
- IV** – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

- I** - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II** - der causa à inexecução total do contrato;



SENADO FEDERAL

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses do Parágrafo Segundo que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou, ainda, quando a CONTRATADA:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO QUARTO – Em conjunto com as sanções dos Parágrafos Primeiro, Segundo ou Terceiro a autoridade competente poderá:

I - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

II – determinar a rescisão unilateral do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO – O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

I - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, até o 15º (décimo quinto);

II - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

PARÁGRAFO SEXTO - O SENADO avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SÉTIMO – Pelo descumprimento das obrigações contratuais, o SENADO aplicará sanções punitivas, por infração, conforme os graus, as correspondências, as descrições e as incidências estabelecidas na Tabela 1 e Tabela 2:

Tabela 1 – Grau e correspondência de cada infração

Grau da infração	Correspondência
Leve	0,5% do valor do Contrato
Grave	0,7% do valor do Contrato

Tabela 2 – Infrações

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer funcionário da empresa ou servidores e usuários do Senado;	Grave	Por ocorrência
2	Causar dano injustificado ao patrimônio cultural;	Grave	Por ocorrência
3	Utilizar as dependências do SENADO para fins diversos do objeto do Contrato;	Grave	Por ocorrência
4	Deixar de indicar e manter durante a execução do Contrato o engenheiro e/ou arquiteto responsável técnico pelos serviços e engenheiro de segurança do trabalho (caso seja necessário conforme legislação).	Grave	Por ocorrência
5	Deixar de apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e/ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) dos serviços para início da execução destes no prazo de até 10 (dez) dias corridos após o recebimento da Ordem de Serviço.	Leve	Por ocorrência
6	Não apresentar Relatório Diário (RD) ou outros documentos solicitados pela Fiscalização a respeito da execução contratual (cronograma – inclusive de replanejamento –, <i>as built</i> etc.), no período estabelecido neste edital ou outro estabelecido pela Fiscalização.	Leve	Por ocorrência e por dia

PARÁGRAFO OITAVO – A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste contrato.



SENADO FEDERAL

I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

PARÁGRAFO NONO - A não apresentação da documentação prevista no Parágrafo Terceiro da Cláusula Quinta ou constatada qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitará a CONTRATADA à pena de advertência e na sua notificação para sanear o vício ou irregularidade.

I – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos incisos I e II do Parágrafo Quarto.

PARÁGRAFO DÉCIMO – O atraso na apresentação da garantia contratual prevista na Cláusula Nona sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre a parcela do valor total do contrato correspondente ao período que este ficar com a garantia em aberto, considerando sempre o maior prazo constante na Cláusula de vigência, contando-se o prazo a partir da data limite para apresentação da garantia até o dia da efetiva prestação da garantia ou da retenção prevista no Parágrafo Décimo da Cláusula Nona.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos parágrafos anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do SENADO, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Segundo e sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para o Senado Federal;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

VI – a não reincidência da infração;

VII – a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

VIII – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no Parágrafo Décimo Segundo.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo SENADO à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato pode ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A extinção do contrato poderá ser:

- I** - determinada por ato unilateral e escrito do SENADO, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II** – consensual, por acordo entre as partes; ou
- III** – determinada por decisão judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A rescisão administrativa ou a consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência por 30 (trinta) meses consecutivos a contar da data de sua celebração, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o disposto nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Administração poderá extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso as partes não se interessem pela prorrogação deste contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias antes do término da vigência contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Quando consultada, a manifestação positiva da CONTRATADA quanto ao interesse na prorrogação da vigência do contrato, nos termos do



SENADO FEDERAL

art. 422 do Código Civil, gera legítima expectativa para o SENADO quanto à assinatura do termo aditivo necessário à formalização da renovação da vigência.

PARÁGRAFO QUARTO – Em atenção ao Parágrafo anterior, exceto diante de fato superveniente e devidamente justificável, a recusa da CONTRATADA em assinar o termo aditivo de prorrogação de vigência manifestada após o prazo de 120 (cento e vinte) dias antes do encerramento da vigência do contrato poderá ensejar:

I - o enquadramento da ocorrência no inciso III do art. 155 da Lei nº 14.133/2021 com a aplicação de multa na forma do inciso I do Parágrafo Quarto da Cláusula Décima Primeira deste contrato.

II - conforme o interesse da Administração, a rescisão unilateral do contrato, de modo a, diante da impossibilidade prática de realização de novo procedimento licitatório, viabilizar a contratação do objeto remanescente do contrato nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUINTO – Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica definido o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, de de 20__

DIRETORA-GERAL
SENADO FEDERAL

Representante da Contratada

RG n.º _____

CPF n.º _____

TESTEMUNHAS:

DIRETOR

DIRETOR

Brasília-DF, de de 20__

DIRETORA-GERAL



SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

Representante da Contratada

RG n.º _____

CPF n.º _____

TESTEMUNHAS:

DIRETOR

DIRETOR



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

CONCORRÊNCIA N.º 90004/2026 – UASG 020001

(Processo nº 00200.009147/2025-75)

ANEXO 8

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, juntamente com o instrumento de outorga de poderes do representante legal da empresa que assinará o contrato, conforme modelo abaixo, à Coordenação de Processamento Externo de Licitações, nos termos do CAPÍTULO X- DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

CONCORRÊNCIA N.º ____/____
Data de abertura:
Nome da empresa:
CNPJ:
Endereço:
CEP:
Telefone: (DDD)
E-mail:
Dados Bancários:
Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar o contrato)
CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)
RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)
Instrumento de outorga de poderes: (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes)
Certificação digital: O representante legal da empresa que assinará o contrato possui certificação digital ICP Brasil? () Sim () Não
<i>A Licitante deverá apresentar a planilha conforme o Anexo 3 do Edital.</i>

Instruções de preenchimento:

A licitante deverá informar os preços por item, total do item e total global da proposta, seguindo a numeração constante no edital.

O instrumento de outorga de poderes ao representante legal que irá assinar o contrato deverá ser encaminhado em anexo à proposta de preços.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos.

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

CONCORRÊNCIA N.º 90004/2026 – UASG 020001

(Processo n.º 00200.009147/2025-75)

ANEXO 9

ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO N.º 02 DE 2016

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram dadas pelo art. 237 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução n.º 40, de 2014, em vista do disposto no artigo 7º, § 2º, inc. II, da Lei n.º 8.666/93, e considerando a necessidade de atualização dos itens que compõem o elemento Bonificação e Despesas Indiretas - BDI, em razão das recentes orientações contidas em julgados do Tribunal de Contas da União - TCU, RESOLVE:

Art. 1º Nas obras e serviços de engenharia contratados pelo Senado Federal, o percentual relativo a Bonificações e Despesas Indiretas - BDI, aplicado sobre os custos diretos dos materiais, mão de obra e equipamentos, deve obedecer ao disposto neste Ato.

§ 1º O preço final da obra ou serviço será obtido somando-se aos custos diretos a parcela correspondente ao BDI.

§ 2º Os editais de licitação deverão exigir que os proponentes apresentem a composição analítica do BDI.

§ 3º Comprovada a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, nos termos da legislação em vigor, os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra devem apresentar incidência de taxa de BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens.

§ 4º No caso do fornecimento de equipamentos, sistemas e materiais em que o contratado não atue como intermediário entre o fabricante e a administração pública ou que tenham projetos, fabricação e logísticas não padronizados e não enquadrados como itens de fabricação regular e contínua nos mercados nacional ou internacional, o BDI poderá ser calculado e justificado com base na complexidade da aquisição, com exceção à regra prevista no § 3º.

Art. 2º As bonificações e despesas indiretas serão compostas por parcelas relacionadas à taxa de rateio da administração central, às despesas financeiras, aos riscos, seguros e garantias do empreendimento, ao lucro e aos tributos, exceto os de natureza direta e personalística que oneram a licitante ou contratada.



SENADO FEDERAL

§ 1º Somente poderá ser incluída taxa correspondente a despesas com garantias se for expressamente previsto no edital da licitação a prestação de garantia contratual pela contratada, devendo, neste caso, ser proporcional aos custos de contratação de fiança bancária, seguro-garantia ou caução.

§ 2º É vedado incluir na composição do BDI taxas correspondentes a despesas com Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), administração local, instalação de canteiro de obras, acampamento, mobilização e desmobilização, assim como outros custos que decorram diretamente da execução das obras ou serviços e que, por conseguinte, devam ser incluídos como custos diretos na planilha orçamentária.

§ 3º A parcela referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, quando devida, observará a alíquota do local de execução da obra ou prestação dos serviços e o cálculo do tributo não incidirá sobre os materiais e equipamentos utilizados na obra ou serviço.

Art. 3º A taxa máxima aceitável do BDI de referência será definida mediante justificativa técnica elaborada por profissional habilitado.

§ 1º Os estudos técnicos adotarão como parâmetro os indicadores obtidos junto às seguintes fontes, dentre outras:

- I - Sistema Nacional de Pesquisas de Custos e índices da Construção Civil - SINAPI;
- II - Sistema de Custos Referenciais de Obras - SICRO;
- III - tabelas de referência oficiais;
- IV - recomendações, determinações e deliberações expedidas pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- V - levantamentos realizados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- VI - consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares
- VII - contratos similares firmados pelo Senado Federal e por outros órgãos da Administração Pública;
- VIII - publicações técnicas especializadas ou de órgãos de pesquisa;
- IX - estudos setoriais;
- X - pesquisa mercadológica com empresas do ramo.

§ 2º Serão desconsideradas as coletas que não reflitam a realidade do mercado, cabendo ao órgão técnico apontar justificadamente a fonte mais adequada para estimar o BDI de referência.

§ 3º O BDI de referência considerado aceitável pela Administração será aquele menor ou igual à mediana dos indicadores obtidos junto à fonte de pesquisa utilizada.

§ 4º Em casos excepcionais, desde que devidamente justificados pelo órgão técnico competente, o percentual do BDI de referência poderá ultrapassar os limites estabelecidos no parágrafo anterior.



SENADO FEDERAL

§ 5º Os percentuais do BDI da faixa adotada, devidamente justificados pela área técnica segundo as características da obra e os resultados da precificação, deverão estar indicados nos atos convocatórios relativos às licitações destinadas à contratação de obras e serviços de engenharia.

§ 6º Se o percentual do BDI apresentado pela proponente for superior ao BDI de referência indicado pela Administração, a proposta deverá ser acompanhada da devida justificativa de majoração do preço, elaborada por profissional habilitado para análise da área técnica.

§ 7º Se o percentual do BDI apresentado pela proponente for inferior ao BDI de referência considerado aceitável pela Administração e houver indícios de inexequibilidade dos preços, o Agente de Contratação ou o gestor poderão solicitar à empresa esclarecimentos complementares e efetuar diligências para comprovação da exequibilidade da proposta.

§ 8º O custo global apresentado pela proponente não poderá ser superior ao custo global de referência.

Art. 4º Revoga-se o Ato do Primeiro-Secretário nº 10, de 2010.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de março de 2016. Senador Vicentinho Alves, Primeiro-Secretário.

Boletim Administrativo do Senado Federal, nº 5972, seção nº 2, de 29 de março de 2016, p. 1.



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

CONCORRÊNCIA N.º 90004/2026 – UASG 020001

(Processo n.º 00200.009147/2025-75)

ANEXO 10

ATO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 30 DE 2002

A **COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVE**:

Art. 1º - O Complexo Arquitetônico do Senado Federal compreende:

- I** - os espaços físicos localizados na Praça dos Três Poderes e adjacências, destinados ao funcionamento da Casa;
- II** - os imóveis transferidos para a União por força da Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, e da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 1997;
- III** - outras áreas no Distrito Federal destinadas ao uso do Senado Federal pela União;
- IV** - os imóveis residenciais da União no Distrito Federal que constituem a reserva técnica do Senado Federal;
- V** - a residência oficial do Senado Federal no Lago Sul; e
- VI** - os imóveis residenciais reservados para o uso privativo dos senadores na SQS 309, Blocos “C”, “D” e “G”.

Parágrafo único - Os imóveis de que tratam os incisos V e VI serão disponibilizados com mobiliário e eletrodomésticos básicos.

Art. 2º - Os imóveis não residenciais são destinados à instalação e ao funcionamento dos serviços da Casa.

Art. 3º - Para o atendimento às atividades de apoio, assim consideradas aquelas desenvolvidas por terceiros e necessárias ao funcionamento da Casa, serão disponibilizadas áreas destinadas:

- I** - à brigada de incêndio do CBMDF e à companhia da PMDF, ambas sediadas no Senado Federal;
- II** - às equipes residentes e aos almoxarifados de terceiros que, por força de contrato/convênio, estejam obrigados a manter esses serviços nas instalações do Senado Federal;
- III** - à realização de eventos culturais, científicos ou tecnológicos;
- IV** - ao Tribunal de Contas da União; (*Incluído pelo ATC nº 14, de 2010*)
- V** - ao Grupo Brasileiro da União Interparlamentar; (*Incluído pelo ATC nº 14, de 2010*)
- VI** - ao Parlamento Latino-Americano; (*Incluído pelo ATC nº 14, de 2010*)



SENADO FEDERAL

VII - à Polícia Federal; (*Incluído pelo ATC nº 14, de 2010*)

VIII - à Polícia Civil do Distrito Federal; (*Incluído pelo ATC nº 14, de 2010*)

IX - à instalação de lanchonetes, restaurantes, barbearia, engraxataria, agência/posto bancário, agência/posto de correios e telégrafos e similares; (*Renumerado pelo ATC nº 14, de 2010*)

X - às assessorias parlamentares dos poderes executivo, legislativo e judiciário; e (*Renumerado pelo ATC nº 14, de 2010*)

XI - a outras atividades consideradas necessárias, segundo critérios definidos pelo Primeiro-Secretário. (*Renumerado pelo ATC nº 14, de 2010*)

§ 1º - Salvo na hipótese de comprovada ociosidade, não se admitirá a outorga a terceiros de qualquer área ou espaço necessários aos órgãos ou serviços do Senado Federal.

§ 2º - A utilização por terceiros de qualquer área, interna ou externa, compreendida no Complexo Arquitetônico do Senado Federal somente será outorgada a título oneroso, na forma deste ato e do ato da Comissão Diretora nº 20, de 2002, exceto:

a) nas hipóteses de que tratam os incisos I, II, IV, V, VI, VII e VIII; e (*Redação dada pelo ATC nº 14, de 2010*)

b) na hipótese do inciso III, quando o Presidente do Senado dispensar o ressarcimento.

Art. 4º - A solicitação de autorização para a ocupação dos espaços físicos do Complexo Arquitetônico do Senado Federal para uso não residencial será iniciada com a protocolização de processo administrativo contendo a identificação detalhada do interessado e o fim a que se destinará a área, sendo oportunamente juntados aos autos, conforme o caso:

a) informações a respeito da localização, da metragem e da planta baixa do imóvel e da área;

b) a relação dos equipamentos instalados e do mobiliário disponibilizado, na forma estabelecida por este Ato;

c) a finalidade e o prazo da ocupação;

d) os direitos, as obrigações e as penalidades a que se sujeita o utente, especialmente no que se refere à obediência às normas relacionadas com o funcionamento da atividade e às normas de utilização do imóvel;

e) o valor e a forma de pagamento da participação do utente no rateio das despesas e o ressarcimento dos valores relativos aos custos de informática e telefonia.

§ 1º - Os valores objeto do rateio serão proporcionais à área ocupada e calculados na razão direta das despesas com os serviços de fornecimento de água e energia elétrica, segurança, conservação, manutenção e limpeza do Complexo Arquitetônico do Senado Federal.

§ 2º - Pelo uso de equipamentos telefônicos, o utente ressarcirá ao Senado, por linha instalada, o custo de manutenção da rede interna de telefonia e a tarifação corresponde a cada ramal instalado.



SENADO FEDERAL

§ 3º - Pela utilização de cada equipamento de informática do Senado, o utente pagará a taxa fixada na forma do § 4º.

§ 4º - O Diretor da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio, após consulta aos órgãos técnicos, corrigirá anualmente os valores de que tratam os §§ 1º, 2º e 3º.

Art. 5º - A periodicidade dos pagamentos ao Senado Federal será:

- I** - antecipada, quando se tratar de eventos culturais, científicos ou tecnológicos;
- II** - semestral, no caso das assessorias parlamentares de que trata o inciso V do art. 3º; e
- III** - mensal, nos demais casos.

Parágrafo único – Para os pagamentos semestrais, o utente providenciará o recolhimento ao Senado até o dia 30 de junho e até o dia 30 de dezembro de cada ano respectivamente, e, nos pagamentos mensais, até o último dia útil de cada mês.

Art. 6º - As ocupações das áreas destinadas ao funcionamento de restaurante, lanchonete, tabacaria e engraxataria serão licitadas na forma da lei e outorgadas mediante concessão de uso.

Art. 7º - As áreas não residenciais serão disponibilizadas a terceiros:

- I** - no caso de concessão de uso para exploração de atividade licitada, serviços de restaurante, lanchonete, tabacaria e engraxataria, com o mobiliário e os equipamentos atualmente instalados;
- II** - no caso de permissão de uso do Auditório Petrônio Portella para a realização de palestras, seminários, congressos ou simpósios de natureza cultural, científica ou tecnológica, bem como para a realização de solenidades de colação de grau, com o mobiliário e os equipamentos instalados, inclusive som e ar refrigerado;
- III** - nos demais casos, sem mobiliário, equipamento, eletrodoméstico, acessório, objetos de decoração ou utensílio.

Parágrafo único – Havendo disponibilidade, as áreas poderão ser outorgadas com equipamentos telefônicos e de informática de propriedade do Senado, desde que solicitado pelo utente e mediante o respectivo pagamento.

Art. 8º - Ato do Diretor-Geral regulamentará a ocupação, por terceiros, de espaços e de imóveis no Complexo Arquitetônico do Senado Federal, bem como sobre os imóveis residenciais de uso privativo dos senadores e dos compreendidos na reserva técnica para uso de servidores.

Art. 9º - A ocupação de espaço físico será outorgada mediante autorização do Diretor-Geral.

Art. 10 - Ficam revogadas as autorizações e as permissões de uso e rescindidas as cessões de uso vigentes.

Art. 11 - No prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de publicação deste ato, a Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio encaminhará ao Primeiro-Secretário a relação das áreas ocupadas, com as informações sobre a situação de cada utente.



SENADO FEDERAL

§ 1º - Considerando o interesse do Senado Federal e a natureza precária da ocupação de espaço físico por terceiros, o Primeiro-Secretário deliberará a respeito da matéria e publicará portaria indicando os utentes que permanecerão ou não instalados no complexo arquitetônico da Casa;

§ 2º - O utente em inadimplente para com o Senado, com relação à ocupação anterior, não será indicado a permanecer instalado na Casa.

§ 3º - Publicada a portaria do Diretor-geral, o utente terá o prazo de:

I - 30 (trinta) dias, para a desocupação do espaço físico ocupado, se não tiver autorizada a sua permanência ou caso tenha manifestado interesse pela desocupação;

II - 15 (quinze) dias, no caso de autorização, para apresentar a Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio todos os documentos necessários.

Art. 12 - Fica convalidado o Ato da Comissão Diretora nº 30, de 1997, que regulamenta a Resolução nº 11, de 1996, que dispõe sobre o Comitê de Imprensa.

Art. 13 - Revogam-se os Atos:

I - da Comissão Diretora nº 20, de 1989; nº 7, de 1990; nº 47, de 1991; nº 24, de 1992; nº 45, de 1993; nº 51, de 1993; nº 14, de 1994, nº 6, de 1995; nº 22, de 1997; e nº 29, de 1997.

II - do Primeiro-Secretário nº 18, de 1983; nº 9, de 1993; e nº 4, de 2000.

Art. 14 - Este ato entra em vigor na data de sua publicação.



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

CONCORRÊNCIA N.º 90004/2026 – UASG 020001

(Processo nº 00200.009147/2025-75)

ANEXO 11

MODELO DE TERMO DE VISTORIA E TERMO DE DISPENSA DE VISTORIA
--

Modelo de Termo de Vistoria

Declaro, em atendimento ao previsto no Edital **[Identificação do Certame]**, que a empresa **[Identificação da licitante]**, por intermédio do(a) Sr(a) **[Identificação do Representante Legal]**, portador(a) do CPF nº [.....] e RG nº [.....], vistoriou os locais de prestação dos serviços.

Local e data

Assinatura e carimbo

(Representante do Senado Federal)

(Matrícula nº.: _____)



SENADO FEDERAL

Modelo de Termo de Dispensa de Vistoria

Declaro, em atendimento ao previsto no Edital XXX [Identificação do Certame], que eu, [Nome completo do Responsável Técnico ou Representante da Empresa], [Profissão], portador(a) do CPF nº [Número do CPF], responsável técnico ou representante da empresa [Nome da Empresa Licitante], estabelecida no(a) [Endereço constante dos documentos de constituição da empresa], não considero necessário vistoriar o local, pois as informações constantes do Edital da licitação são suficientes para avaliar as condições e grau de dificuldade para a plena execução do serviço.

Local e data

Assinatura (Responsável Técnico ou Representante da Empresa)

(CPF nº: _____)



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

CONCORRÊNCIA N.º 90004/2026 – UASG 020001

(Processo nº 00200.009147/2025-75)

ANEXO 12

MODELO DE PROPOSTA TÉCNICA

A Proposta Técnica deverá incluir, nos termos do Edital:

Concorrência N.º ____ / _____

Descrição detalhada dos Serviços a serem prestados

Equipe Técnica Principal

[INSTRUÇÃO DE PREENCHIMENTO]

Listar os profissionais, indicando inclusive:

- Nome Completo;
- CPF;
- Formação (ex.: Engenharia Elétrica; Arquitetura e Urbanismo; Engenharia de Segurança do Trabalho; etc.)
- Número do CAU/CREA correspondente a formação.

Equipe Técnica Complementar

[INSTRUÇÃO DE PREENCHIMENTO]

Listar os profissionais, indicando inclusive:

- Nome Completo;
- CPF;
- Formação (ex.: Engenharia Elétrica; Arquitetura e Urbanismo; Engenharia de Segurança do Trabalho; etc.)
- Número do CAU/CREA correspondente a formação

Atestados de Capacidade Técnico-Operacional



SENADO FEDERAL

[INSTRUÇÃO DE PREENCHIMENTO]

Listar os atestados técnico-operacionais, indicando inclusive:

- *Título do Serviço ou Obra de Engenharia ou Arquitetura;*
- *Informação da Contratante (Nome, CNPJ/CPF);*
- *Área em m² de abrangência do serviço prestado;*
- *Especialidade do serviço ou obra relacionados ao Atestado (ex.: Engenharia Mecânica; Arquitetura; etc.)*

Obs.: A listagem deve deixar claro se um Atestado está associado a mais de uma especialidade, indicando todas as especialidades abrangidas no Atestado, conforme o caso.

Atestados de Capacidade Técnico-Profissional e Certidões de Acervo Técnico

INSTRUÇÃO DE PREENCHIMENTO]

Listar os atestados técnico-profissionais, indicando inclusive:

- *Profissional da Equipe Técnica abrangido pelo Atestado e pela Certidão;*
- *Título do Serviço ou Obra de Arquitetura ou Engenharia;*
- *Informação da Contratante (Nome, CNPJ/CPF);*
- *Área em m² de abrangência do serviço prestado;*
- *Especialidade do serviço ou obra relacionados ao Atestado e à Certidão (ex.: Engenharia Mecânica; Arquitetura; etc.)*

Obs.: A listagem deve deixar claro se um Atestado e sua respectiva Certidão estão associados a mais de uma especialidade ou profissional da Equipe Técnica, indicando todas as especialidades abrangidas no Atestado e na Certidão, conforme o caso.

Local e data

Assinatura (Responsável Técnico(a) ou Representante da Empresa)

(CPF nº: _____)